

RELATÓRIO

FORMICT

ANO-BASE 2022

POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS
INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E
DE INOVAÇÃO DO BRASIL

Brasília
2024

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil

Brasília,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2024

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretário-Executivo

Luis Manuel Rebelo Fernandes

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Daniel Gomes Almeida Filho

Diretora do Departamento de Apoio aos Ecossistemas de Inovação

Sheila Oliveira Pires

Coordenadora-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação

Kelyane da Silva

Coordenadora de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Denise de Almeida Pereira

© Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os textos contidos neste documento poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO (DEPAI)

COORDENAÇÃO-GERAL DE INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO (CGIA)

Coordenadora-Geral – Kelyane da Silva

Coordenadora de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia – Denise de Almeida Pereira

Equipe técnica:

Denise de Almeida Pereira

Fred Lobato Rocha

João Victor Honorato Barbosa

Yaggo Daran Moura Gomes

Revisão: Denise de Almeida Pereira

Elaboração: Fred Lobato Rocha e Yaggo Daran Moura Gomes

Diagramação: Fred Lobato Rocha e João Victor Honorato Barbosa

Normalização: Elise Silva do Nascimento

Capa: ASCOM/MCTI

B823p Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil: relatório FORMICT ano-base 2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação . -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024.

71 p.: il.

ISBN: 978-65-5471-020-6

1. Propriedade intelectual – Política – Brasil. 2. Instituições científicas, tecnológicas e de inovação – Brasil. I. FORMICT. II. Título.

CDU 347.77(062.535)

Ficha catalográfica elaborada por: Lorena Nelza F. Silva – CRB-1/2474

Endereço:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, 70.067-900, Brasília-DF, Brasil

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO	11
3 POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	13
4 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	15
4.1 Estágio de Implementação dos NITs	16
4.2 Compartilhamento do NIT	18
4.3 Recursos Humanos dos NITs	21
4.4 Atividades dos NITs	24
4.5 Participação em redes ou associações	28
5 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	29
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção	29
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção	32
5.3 Desenvolvimento de <i>spin-offs</i>	38
6 CONTRATOS DE TECNOLOGIA	40
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia	40
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia	41
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia	47
7 ANÁLISE COMPARATIVA 2019/ 2020/ 2021/ 2022	48
8 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICE I	59
APÊNDICE II	69

TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de ICTs por natureza jurídica	11
Tabela 2 – Distribuição de ICTs por perfil	11
Tabela 3 – Distribuição de ICTs por região.....	12
Tabela 4 – Implementação da política de inovação	13
Tabela 5 - Composição dos recursos humanos dos NITs por situação funcional	22
Tabela 6 - Composição dos recursos humanos dos NITs por formação profissional.....	23
Tabela 7 - Composição dos recursos humanos dos NITs por qualificação profissional.....	23
Tabela 8 – Quantidade de ICTs com pedido de proteção no ano-base 2022.....	29
Tabela 9 – Proteção requerida por localidade e tipo de instituição solicitante.....	32
Tabela 10 – Proteção concedida por localidade e tipo de instituição solicitante	33
Tabela 11 – Tipos de proteção requerida.....	33
Tabela 12 – Quantidade de comunicações de invenção por perfil	34
Tabela 13 – Tipos de proteção requerida por setor econômico.....	35
Tabela 14 – Tipos de proteção concedida por setor econômico	37
Tabela 15 – Cotitularidade das proteções.....	38
Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto	42
Tabela 17 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade.....	43
Tabela 18 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região	45
Tabela 19 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2022	47

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de ICTs por região.....	12
Gráfico 2 – Diretrizes e objetivos estabelecidos na política de inovação.....	14
Gráfico 3 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas.....	16
Gráfico 4 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs privadas.....	16
Gráfico 5 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas e privadas.....	17
Gráfico 6 – Perfil das instituições com NITs em implementação e não implementado	18
Gráfico 7 – Compartilhamento dos NITs.....	19
Gráfico 8 – Estágio de implementação das atividades essenciais dos NITs.....	25
Gráfico 9 – Estágio de implementação das atividades complementares dos NITs.....	27
Gráfico 10 – Participação das ICTs em rede de associações.....	28
Gráfico 11 – Perfil das ICTs com pedido de proteção no ano-base 2022.....	30
Gráfico 12 – Índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada	31
Gráfico 13 – Distribuição das patentes de invenção requeridas no setor de indústrias de transformação ...	36
Gráfico 14 – Desenvolvimento de spin-off pelas ICTs	39
Gráfico 15 – Quantidades de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.....	40

Gráfico 16 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia	41
Gráfico 17 – Montante de contratos de tecnologia firmados em 2022	46
Gráfico 18 – Comparativo do quantitativo de ICTs que responderam o Formict	48
Gráfico 19 – Comparativo da distribuição de ICTs por região	49
Gráfico 20 – Comparativo da implementação da política de inovação	50
Gráfico 21 – Evolução do estágio de implementação dos NITs.....	51
Gráfico 22 – Composição dos recursos humanos por instituições com NITs implementados e em implementação	52
Gráfico 23 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção	53
Gráfico 24 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção	54
Gráfico 25 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia em R\$ milhões.....	55

FIGURA

Figura 1 – Distribuição por Unidade da Federação das instituições que preencheram o Formict	10
---	----

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados do ano-base 2022 fornecidos pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil (Formict).

Conforme estabelecido no art. 17, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação) e do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, as ICTs públicas e as privadas beneficiadas pelo poder público deverão enviar informações anuais ao MCTI.

Para fins da Lei de Inovação, é considerada ICT, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta ou a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituídos sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. As informações prestadas de forma voluntária pelas ICTs privadas não beneficiadas pelo poder público integram a base de dados do MCTI e fazem parte deste relatório.

Cabe mencionar que a partir do ano-base de 2019, com a publicação da Portaria MCTI nº 3.859, de 8 de outubro de 2020, foi aprovado um novo formulário eletrônico, disponível na página do MCTI na Internet, no seguinte endereço: <https://forms.mctic.gov.br>.

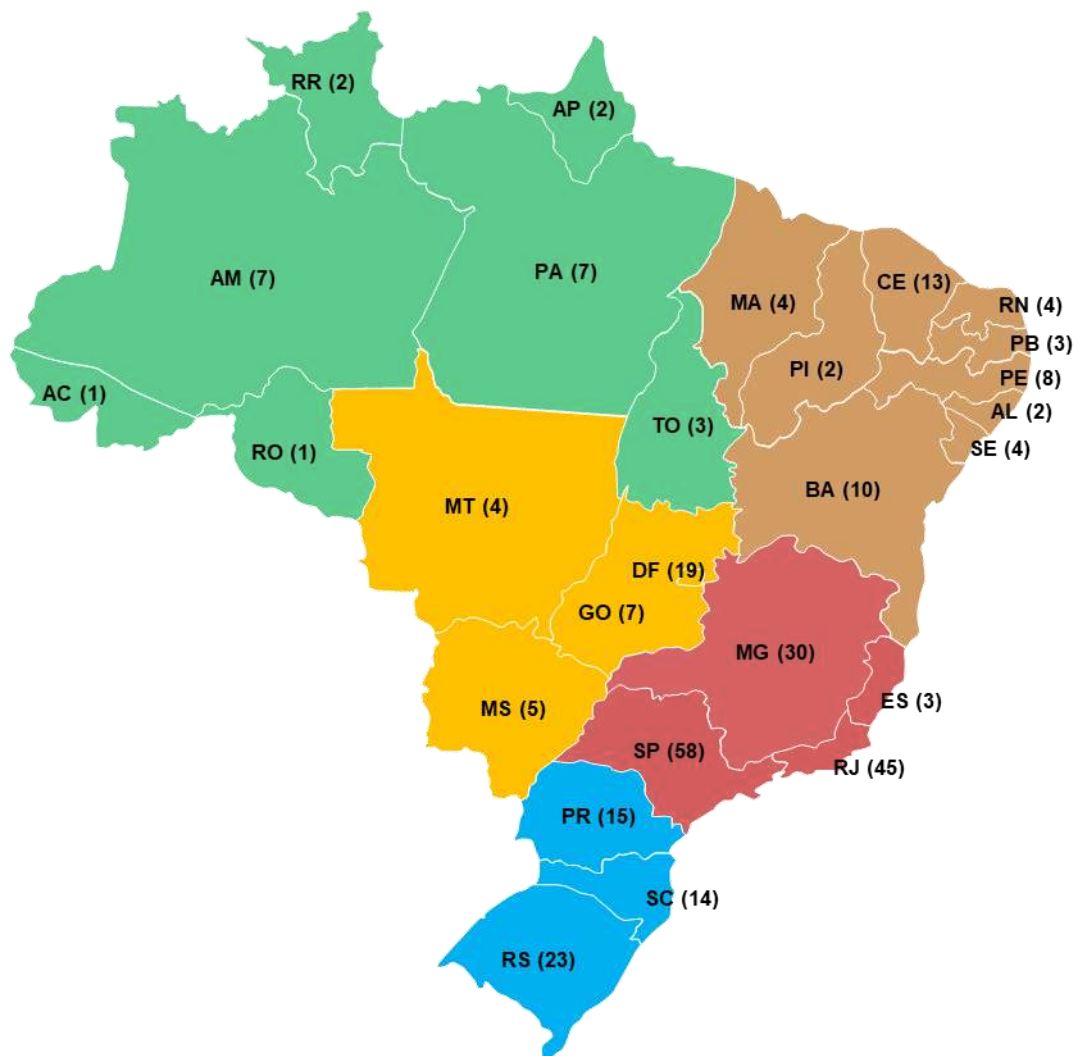
O formulário referente ao ano-base 2022 esteve disponível para preenchimento pelas ICTs de fevereiro a março de 2023. Diante das dificuldades no acesso inicial ao formulário e da intenção relatada por algumas ICTs de regularizar a prestação de informações, o MCTI disponibilizou o formulário de regularização nos meses de maio a junho de 2024 para que as ICTs efetuassem o preenchimento.

A partir do ano-base 2020, houve uma atualização significativa no formulário eletrônico, permitindo às ICTs acesso direto para retificação das informações, seja de forma voluntária ou mediante solicitação do MCTI. Entre julho e agosto de 2024, o formulário ficou aberto para inclusão, alteração ou complementação das informações fornecidas pelas ICTs. A lista das 296 instituições que preencheram o formulário encontra-se no Apêndice I.

Adicionalmente, conforme o art. 17, § 3º, do Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018, a partir do ano-base de 2019, o MCTI divulgará a relação das instituições que não contribuírem para a consolidação das informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil no prazo estabelecido. Dessa forma, com base nas ICTs que responderam ao formulário Formict do ano-base 2022, as 58 instituições que não responderam estão listadas no Apêndice II.

Vale destacar que, a partir do ano-base de 2021, foi incluída a análise da proporção de gênero entre os representantes institucionais das ICTs, evidenciada no tópico 2 - Características das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Dando início às informações consolidadas do ano-base 2022, a Figura 1 apresenta, por Unidade da Federação, o total de instituições que preencheram o Formict e as nomeia pelas respectivas siglas.



AC (1)

IFAC

AL (2)

IFAL, UFAL

AM (7)

CIGS, CITS AM, FPF TECH, IDSM, IFAM, INPA, UFAM

AP (2)

UEAP, UNIFAP

BA (10)

CEPEDI, FBDC, IF Baiano, IRT, SENAI CIMATEC, UEFS, UESB, UFBA, UFRB, UFSB

CE (13)

ESP/CE, FLF, IA, IFCE, CENTEC, NUTEC, SENAI/DR-CE, UECE, UFC, UFCA, Unifor, UNILAB, UVA

DF (19)

CCOMGEX, CENSIPAM, CITEX, DCT, Eldorado, EMBRAPA, Enap, GigaCandanga, HFA, IMBEL, ICTS, IFB, INDT, INMETRO, ICS, IDEAF1, SGB/CPRM, UCB, UnB

ES (3)

IFES, INMA, UFES

GO (7)

IF Goiano, IFG, PUC Goiás, SENAI/GO, UEG, UFG, UniEVANGÉLICA

MA (4)

IFMA, UEMA, UEMASUL, UFMA

MG (30)

Brain, Cefet/MG, CIT, EPAMIG, FEPI, Finatel, Fuvs, HEMOMINAS, IF Sudeste MG, IFMG, IFNMG, IFSULDEMINAS, IFTM, LNA, NIPAC, Puc Minas, Oninn, UEMG, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSJ, UFU, UFV, UFVJM, Unifal, UNIFEI, UNIMONTES, Unipam

MS (5)

IFMS, SENAI-DR/MS, UCDB, UEMS, UFMS

MT (4)

IFMT, UFMT, UFR, UNEMAT

PA (7)

IFPA, ISI-TM, MPEG, UEPA, UFOPA, UFPA, UNIFESSPA

PB (3)

IFPB, UEPB, UFPB

PE (8)

CESAR, IF SERTÃO-PE, IFPE, ISI-TICS, NGPD, SiDi, UFRPE, UPE

PI (2)

IFPI, UESPI

PR (15)

CPUP, FPTI-BR, IBMP, IDR-Paraná, LACTEC, PUCPR, UEL, UEM, UENP, UEPG, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UNILA, UTFPR

RJ (45)

CAEx, CASNAV, CBPF, CEFAN, Cefet/RJ, CEPEL, Cepesc, CETEM, CHM, CIS SO, CNEN, CTECFN, CTEX, CTMRJ, DF, DGDNTM, EGN, FAETEC, FESO, Fiocruz, HCE, HNMD, CONDOR, IEAMP, IFF, IFRJ, IMAE, IME, IMPA, INT, IPqM, IVB, LAQFA, LFM, LNCC, LQFex, ON, PUC-Rio, RNP, SENAI/RJ, UENF, UERJ, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO

RN (4)

CLBI, IFRN, UERN, UFRN

RO (1)

UNIR

RR (2)

IFRR, UFRR

RS (23)

FUC, FUCS, FURG, FUVATES, HCPA, GHC, IFFar, IFRS, IFSul, IRGA, PUCRS, SENAI/RS, SOFTSUL, UERGS, UFCSPA, UFPel, UFRGS, UFSM, UNIJUÍ, UNIPAMPA, UNISC, UPF, URI

SC (14)

ACBG Brasil, CERTI, EPAGRI, UNOESC, FURB, Univille, IFC, IFSC, SENAI/SC, UFFS, UFSC, Univali, Unochapecó, UNC

SE (4)

IFS, ITP, ITPS, UFS

SP (58)

ABINFO, AMAZUL, APTA Regional, CCA-SJ, CDSUB, CEETEPS, CGTI, CITÉ, CNPEM, CPAWVB, CPQD, CTI RArcher, CTMSP, DCTA, DDNM, FEI, FIPASE, FIT, FPIXII, FUNDEPAG, Univap, HCFMUSP, HMASP, IAC, IAE, IAL, IAOp, ICEA, ABM, Butantan, IB, IDPC, IEAv, IFI, IFSP, INPE, ILA, IP, IPEV, IPT, ISANTACASA, ITA, ITAL, ITI, IZ, Unimep, SCEI, SENAI-SP, SiDIA, UFABC, UFSCar, UNESP, Unicamp, UNIFATEA, UNIFESP, UNITAU, UPM, USP

TO (3)

IFTO, SENAI DR/TO, UFT

Figura 1 – Distribuição por Unidade da Federação das instituições que preencheram o Formict (ano-base 2022).

Fonte: Formict/MCTI

2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO

Das 296 instituições que preencheram o Formict, 205 apresentaram-se como instituições públicas e 91 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 73,2% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 25,3%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 1,5%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 69,3% e o de instituições privadas, 30,7%.

Tabela 1 – Distribuição de ICTs por natureza jurídica

Fonte: Formict/MCTI

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	91	30,7
Pública	205	69,3
Federal	150	73,2
Estadual	52	25,3
Municipal	3	1,5

Em relação ao perfil das ICTs que preencheram o formulário, verificou-se que as Instituições de Ensino Superior apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (41,9%), seguidas pelos Institutos de de Pesquisa (29,7%) e pelos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica (14,9%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 13,5%.

Tabela 2 – Distribuição de ICTs por perfil

Perfil	Quantidade	%
Instituição de Ensino Superior	124	41,9
Instituto de Pesquisa	88	29,7
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica	44	14,9
Outros	40	13,5
Total	296	100

Fonte: Formict/MCTI

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 48,3% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 17,6% informaram a região Nordeste e 14,1% informaram a região Sul. Além disso, 11,2% informaram a região Centro-Oeste e 8,8% a região Norte.

Em relação às instituições privadas, observou-se um número maior de instituições localizadas na região Sudeste, correspondendo a 40,6% enquanto na região Sul o percentual corresponde a 25,3% e na região Nordeste corresponde a 15,4%, na região Centro-Oeste a 13,2% e na região Norte a 5,5%, conforme demonstra a Tabela 3.

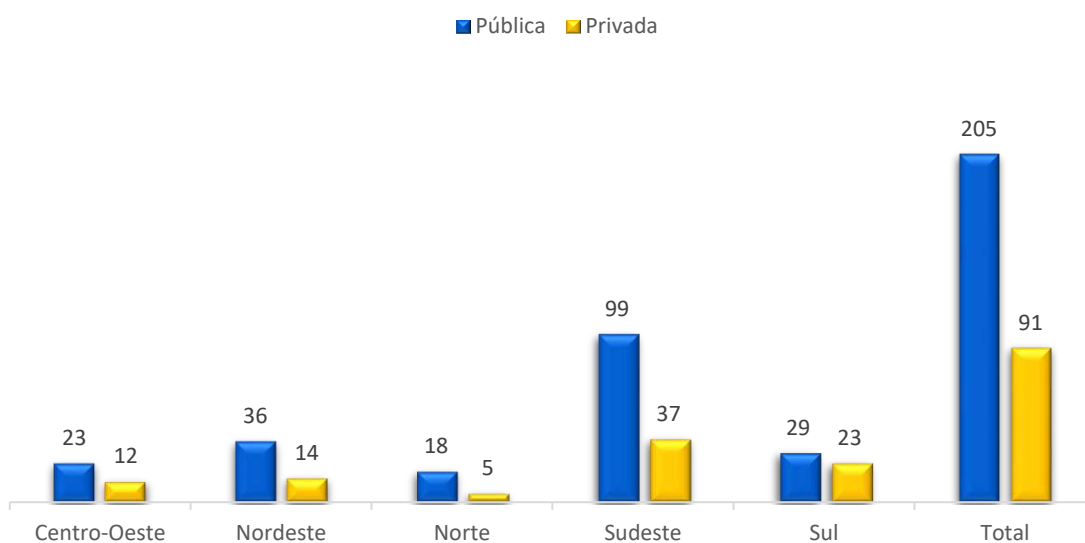
Tabela 3 – Distribuição de ICTs por região

Região	Pública	%	Privada	%
Centro-Oeste	23	11,2	12	13,2
Nordeste	36	17,6	14	15,4
Norte	18	8,8	5	5,5
Sudeste	99	48,3	37	40,6
Sul	29	14,1	23	25,3
Total	205	100	91	100

Fonte: Formict/MCTI

No Gráfico 1, a seguir, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICTs entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.

Gráfico 1 - Distribuição de ICTs por região



Fonte: Formict/MCTI

Com base nas informações prestadas, a partir do ano-base de 2021 começou a ser inferida a proporção de gênero entre os representantes institucionais das ICTs. Assim, das 296 instituições que preencheram o Formict, infere-se que apenas 21,6% (64 instituições) tem mulheres como representante institucional, enquanto em 78,4% (232 instituições) a representação institucional é composta por homens.

3 POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 88,8% das instituições públicas e 70,3% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada, conforme apresentado na Tabela 4.

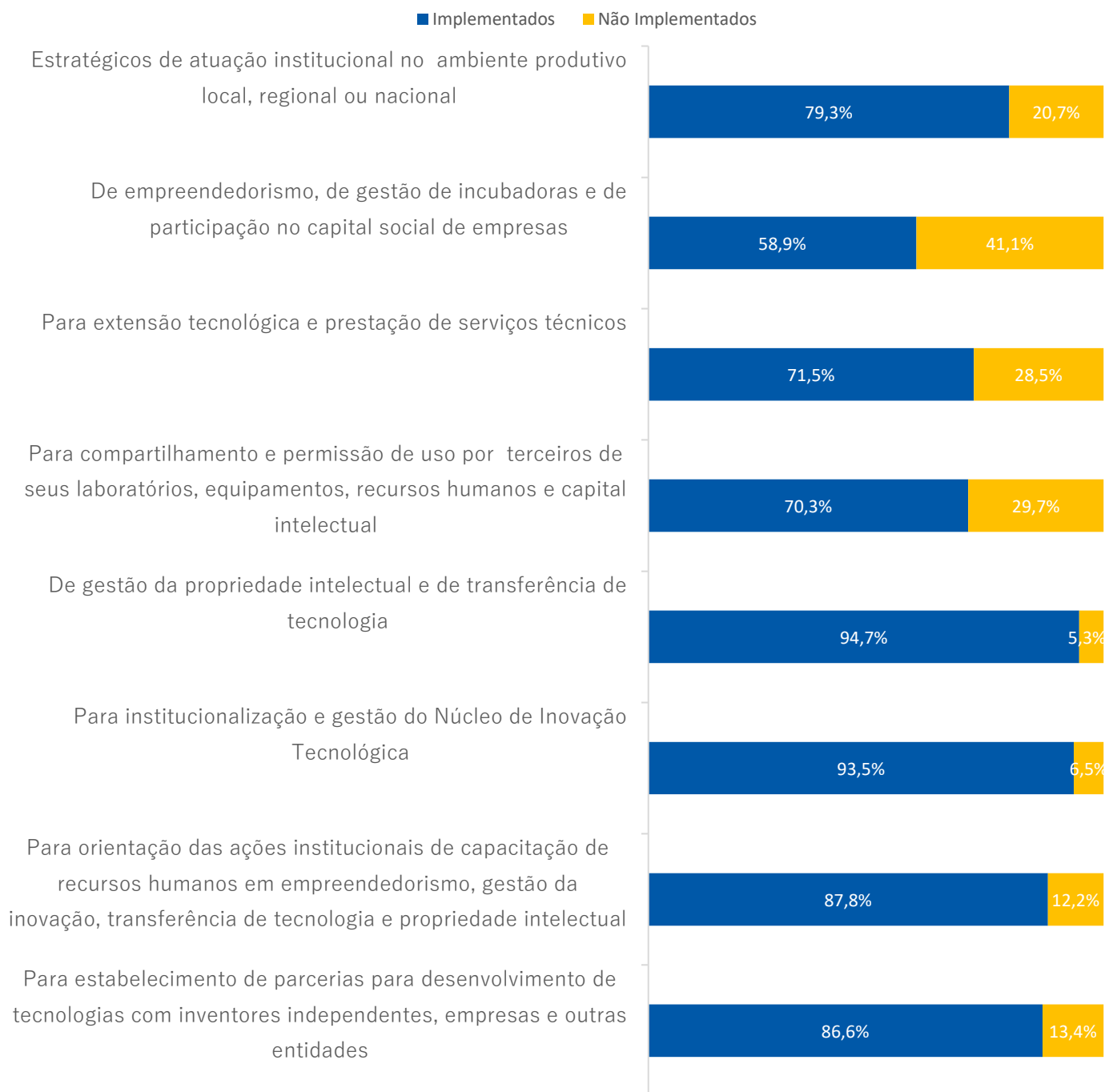
Tabela 4 – Implementação da política de inovação

Política de inovação implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	182	88,8	64	70,3	246	83,1
Não	23	11,2	27	29,7	50	16,9
Total	205	100	91	100	296	100

Fonte: Formict/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que a *Gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia* foi uma das atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram *Empreendedorismo, gestão de incubadoras e participação no capital social de empresas* seguida de *Compartilhamento e permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual*, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Diretrizes e objetivos estabelecidos na política de inovação



Fonte: Formict/MCTI

4 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Conforme estabelecido pelo art. 16, da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica estão expressas no art. 16, § 1º, da Lei de Inovação:

Art. 16 (...)

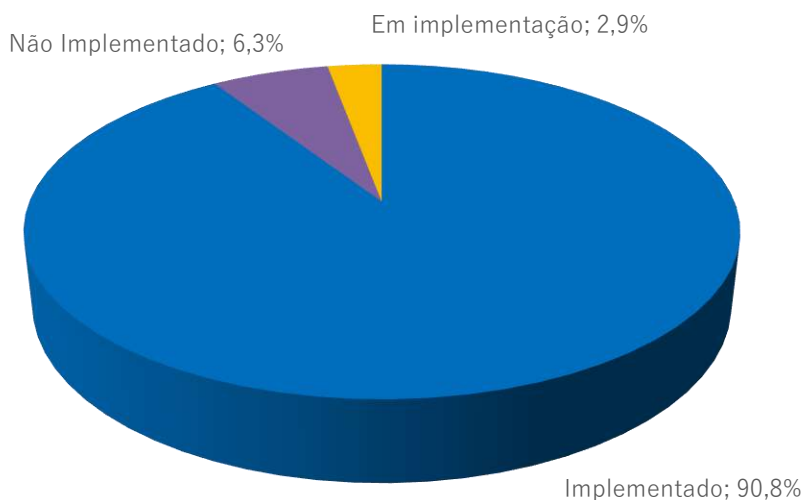
§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras:

- I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V- opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º; e
- X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

4.1 Estágio de Implementação dos NITs

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NITs, verificou-se que 186 instituições públicas (90,8%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 13 instituições públicas (6,3%) informaram que o NIT não está implementado e 6 instituições públicas (2,9%) informaram que está em fase de implementação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas

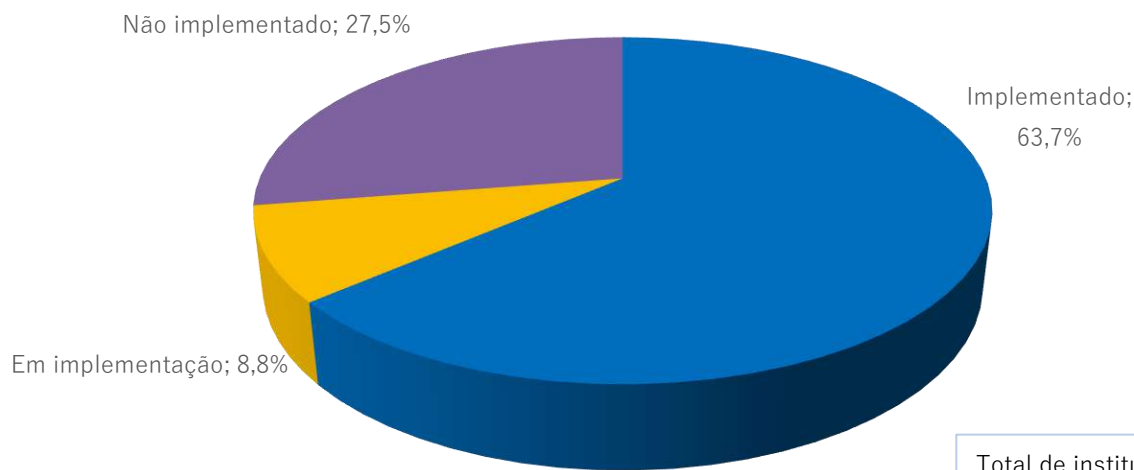


Fonte: Formict/MCTI

Total de instituições: 205

Por parte das instituições privadas, 58 instituições privadas (63,7%) informaram que possuem o NIT implementado, 25 instituições privadas (27,5%) não possuem NIT implementado e 8 instituições (8,8%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs privadas



Total de instituições: 91

Fonte: Formict/MCTI

No cômputo geral, verificou-se que 244 instituições (82,4%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que seus NITs estão implementados, 14 instituições (4,8%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 38 (12,8%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas e privadas

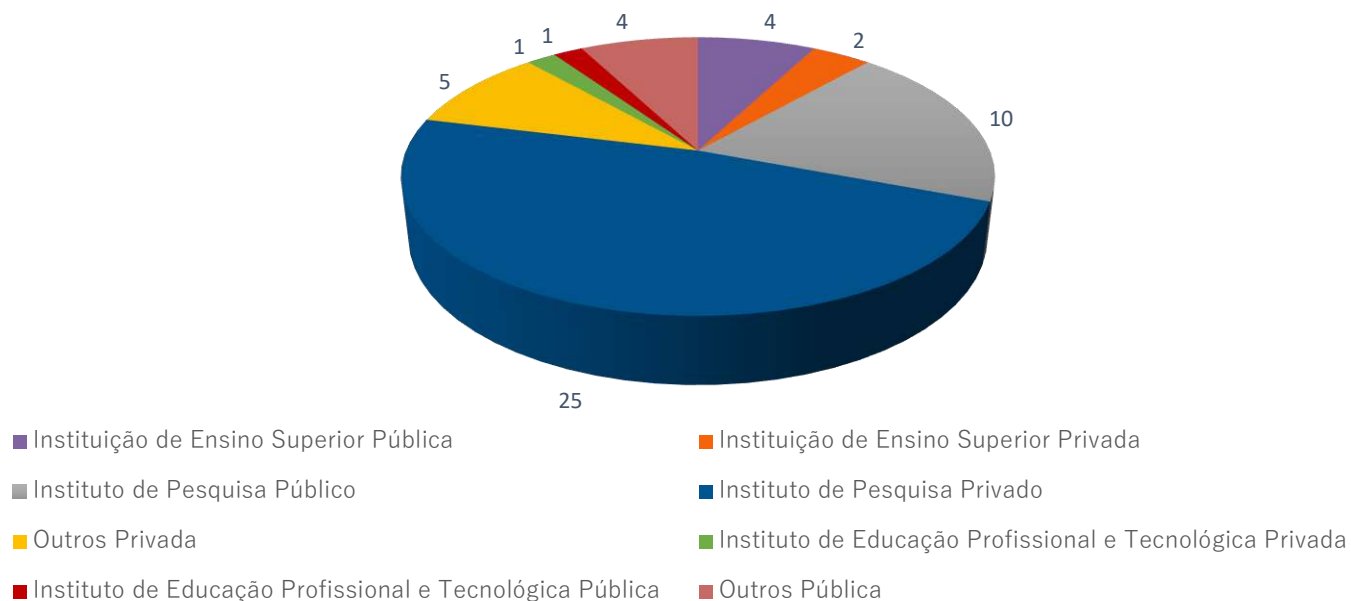


Total de instituições: 296

Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 52 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se que 6 são *Instituições de Ensino Superior* (4 públicas e 2 privadas), 35 são *Institutos de Pesquisa* (10 públicos e 25 privados), 9 (4 públicas e 5 privadas) são classificadas como *Outras instituições* e 2 são classificadas como *Instituto de Educação Profissional e Tecnológica* (1 público e 1 privado), conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado



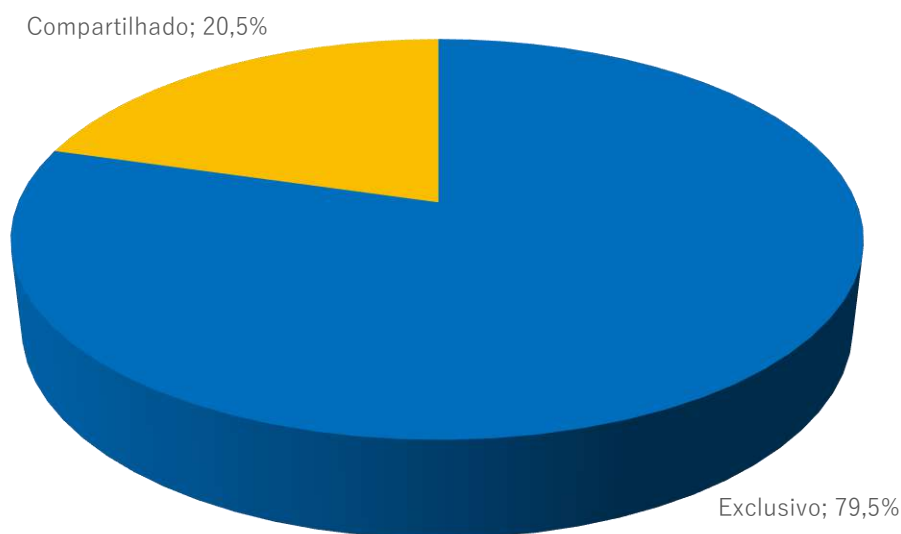
Fonte: Formict/MCTI

4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 148 instituições públicas (57,4%) informaram que o NIT é exclusivo e 44 instituições públicas (17,0%) informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições. Apenas 9 instituições privadas (3,5%) informaram que o NIT é compartilhado e 57 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (22,1%).

No total, verificou-se que 205 instituições (79,5%), sejam elas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo e 53 instituições (20,5%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Compartilhamento dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

Os seguintes NITs compartilhados foram citados pelas ICTs:

- **NIT-APTA:** Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA); Instituto Agrônômico (IAC); Instituto Biológico (IB); Instituto de Economia Agrícola (IEA); Instituto de Pesca (IP); Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL); Instituto de Zootecnia (IZ).
- **ABCI:** Instituto de Ciência e Tecnologia Brain (ICT BRAIN); Instituto de Ciência e Tecnologia Condor (ICT CONDOR).
- **Ecohub:** Centro de Pesquisa da Unidade Positivo (CPUP); Centro de Estudos Superiores Positivo (UP).
- **NIT CERTI:** Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI); Instituto Certi Sapientia (ICS).
- **NIT-EB (Exército Brasileiro):** Centro de Avaliações do Exército (CAEx); Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx); Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber); Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS); Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx); Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS); Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx); Centro Tecnológico do Exército (CTEx); Diretoria de Fabricação (DF); Diretoria de Serviço Geográfico (DSG); Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (IPCFEx); Instituto Militar de Engenharia (IME); Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP); Hospital Central do Exército (HCE); Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx); Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC); Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

-
- **NIT FIRJAN/SENAI:** Centro de Inovação SESI em Saúde Ocupacional (CIS SO); Instituto SENAI de Inovação em Química Verde (ISI QV); Instituto SENAI de Inovação em Inspeção e Integridade (ISI I&I); Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Virtuais de Proteção (ISI SVP); Instituto SENAI de Tecnologia Automação Industrial (IST AI); Instituto SENAI de Tecnologia Solda (IST Solda); Instituto SENAI de Tecnologia Química e Meio Ambiente (IST Q&MA).
 - **NIT IFAM:** Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI); Campus Manaus Centro (CMC); Campus Manaus Zona Leste (CMZL); Campus Coari (CCO); Campus São Gabriel Da Cachoeira (CSGC); Campus Lábrea (CLB); Campus Presidente Figueiredo (CPRF); Campus Tabatinga (CTBT); Campus Maués (CMA); Campus Itacoatiara (CITA); Campus Parintins (CPIN); Campus Humaitá (CHUM); Campus Tefé (CTEFE) Campus Eirunepé (CEIRU); Campus Avançado Manacapuru (CMPU); Campus Avançado De Iranduba (CAVIR).
 - **NIT SIDIA:** Manaus Tech Hub (Manaus/AM); SIDIA Amazon Lab (Manaus/AM); SIDIA São Paulo (SP); SIDIA Brasília (DF); SIDIA Amazon Tower (Manaus/AM); SIDIA Porto Alegre (RS); SIDIA Rio de Janeiro (RJ).
 - **NIT UFT-UFNT:** Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
 - **Estrutura Multicamp IFSULDEMINAS:** Avançado Carmo de Minas; Avançado Três Corações; Inconfidentes; Machado; Muzambinho; Passos; Poços de Caldas e Pouso Alegre.
 - **NIT-MB (Marinha Brasileira):** Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ); Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM); Escola de Guerra Naval (EGN); Hospital Naval Marcílio Dias/Instituto de Pesquisas Biomédicas (HNMD/IPB); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM); Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN); Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDSUB).
 - **NIT-Rio:** Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); Instituto Nacional de Tecnologia (INT); Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Observatório Nacional (ON).

- **NIT-SINAER (Sistema de Inovação da Aeronáutica)**: Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCA-SJ); Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI); Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE); Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp); Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA); Instituto de Estudos Avançados (IEAv); Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI); Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA); Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV); Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA); Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); Instituto de Medicina Aeroespacial (IMAE).

4.3 Recursos Humanos dos NITs

A partir do relatório do ano-base 2020, os diretores de ICTs com dedicação integral ou parcial fazem parte da composição dos recursos humanos por situação funcional. Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NITs, verificou-se o total de 2.702 profissionais atuantes nos núcleos, sendo que 5,3% são *Diretores com dedicação integral*, 7,3% são *Diretores com dedicação parcial*, 40,2% são *Servidores ou Funcionários com dedicação integral*, 17,9% são *Servidores ou Funcionários com dedicação parcial*, os *Bolsistas graduados* representam 9,1%, os *Bolsistas graduandos* 6,6%, os *Estagiários* representam 4,8%, os *Terceirizados* correspondem a 4,6% e *Outros* representam 4,2% dos profissionais.

Verificando a média de recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de 258 NITs Implementados e Em implementação, observa-se 10,5 profissionais por NIT, sendo 1,4 Diretores, 6,1 Servidores, 1,7 Bolsistas, 0,4 Estagiários, 0,5 Terceirizados e 0,4 Outros.

Tabela 5 - Composição dos recursos humanos dos NITs por situação funcional

Função	Pública	%	Privada	%	Total	%	Média
Diretoria com dedicação integral	115	5,4	29	5,2	144	5,3	1,4
Diretoria com dedicação parcial	132	6,1	65	11,7	197	7,3	
Servidores/Funcionários com dedicação integral	840	39,1	246	44,3	1.086	40,2	6,1
Servidores/Funcionários com dedicação parcial	354	16,5	130	23,5	484	17,9	
Bolsistas graduados	224	10,4	23	4,1	247	9,1	1,7
Bolsistas graduandos	167	7,8	12	2,2	179	6,6	
Estagiários	94	4,4	35	6,3	129	4,8	0,4
Tercerizados (função permanente no NIT)	119	5,5	6	1,1	125	4,6	0,5
Outros	102	4,8	9	1,6	111	4,2	0,4
Total	2.147	100	555	100	2.702	100	10,5

Fonte: Formict/MCTI

A quantidade de profissionais que atuam nos NITs varia de acordo com a estrutura de transferência de tecnologia da instituição, sendo que 12 NITs contam com apenas 1 profissional, 165 NITs possuem de 2 a 10 profissionais, 61 NITs possuem de 11 a 20 profissionais, 6 NITs possuem de 21 a 30 profissionais, 9 NITs possuem 31 a 50 profissionais e 5 NITs contam com mais de 50 profissionais.

Em relação à formação dos profissionais que atuam nos NITs, verificou-se que engenheiros e afins representam 32%, administradores e economistas representam 20,7%, os biólogos e profissionais da saúde representam 11,2%, os profissionais com formação jurídica representam 12,1%, os profissionais de comunicação representam 4,7% e outras formações representam 19,3%.

Tabela 6 - Composição dos recursos humanos dos NITs por formação profissional

Formação profissional	Quantidade	%
Engenharias, Ciências Exatas e da Terra	864	32,0
Administração/Economia	559	20,7
Ciências Biológicas e da Saúde	303	11,2
Direito	326	12,1
Comunicação	126	4,7
Outras	524	19,3
Total	2.702	100

Fonte: Formict/MCTI

Quanto à qualificação profissional dos colaboradores que atuam nos NITs, verificou-se que Doutores representam 23,9%, Mestres representam 20,4%, Mestres Profissionais representam 5,1% e colaboradores com outras qualificações representam 50,6%.

Tabela 7 - Composição dos recursos humanos dos NITs por qualificação profissional

Qualificação profissional	Quantidade	%
Colaboradores com Doutorado	645	23,9
Colaboradores com Mestrado	550	20,4
Colaboradores com Mestrado Profissionalizante	137	5,1
Colaboradores com outras qualificações	1.370	50,6
Total	2.702	100

Fonte: Formict/MCTI

4.4 Atividades dos NITs

As atividades dos NITs foram separadas em dois subgrupos:

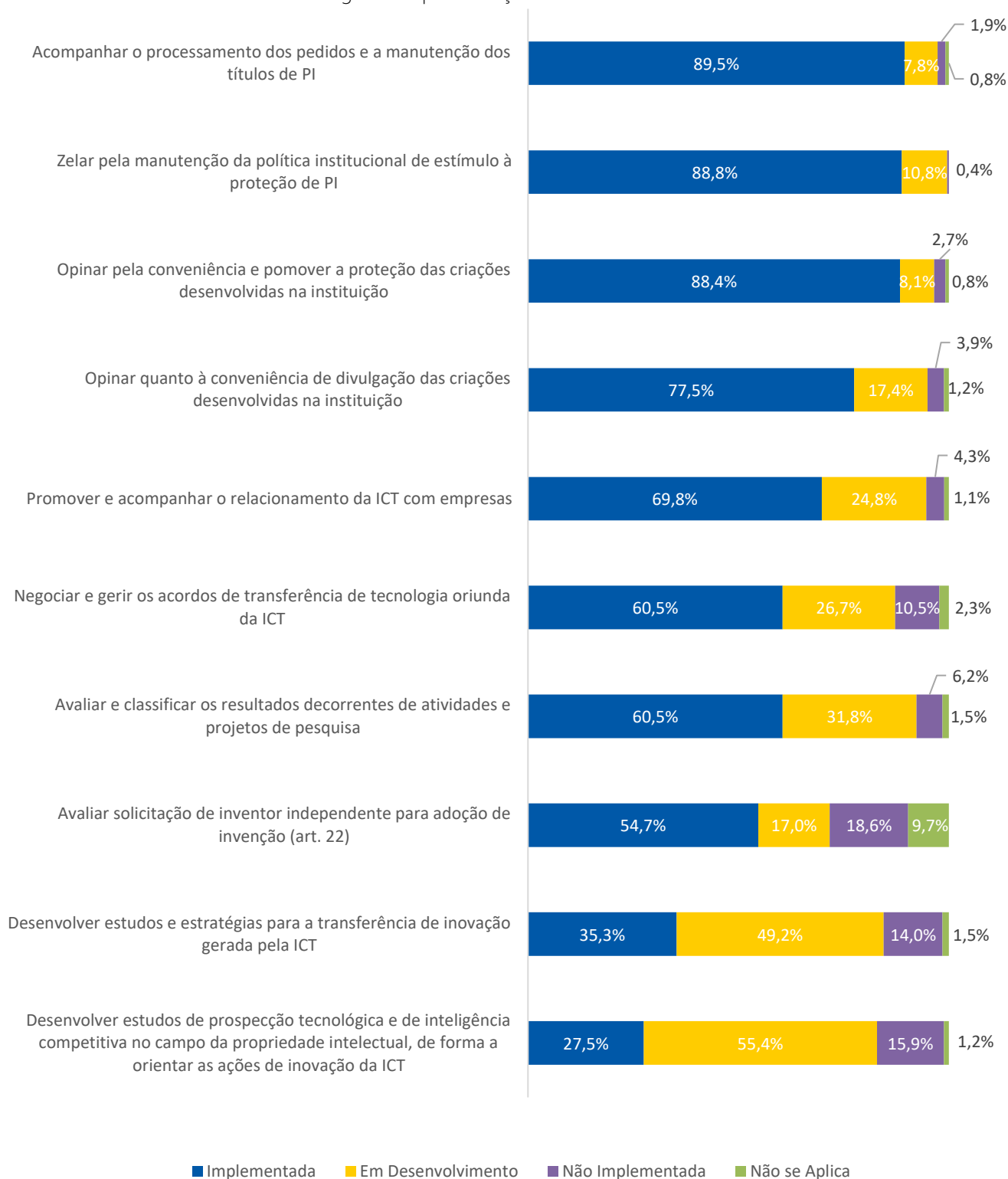
- I. Essenciais (apresentadas no Gráfico 8); e
- II. Complementares (apresentadas no Gráfico 9).

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilou entre 27,5% e 89,5%. Observa-se no Gráfico 8 as que tiveram maiores índices de implementação, a saber:

- acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (89,5%);
- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (88,8%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (88,4%).

As atividades essenciais dos NITs estão apresentadas no Gráfico 8, que apresenta o estágio de implementação de cada uma delas por ordem decrescente de implementação.

Gráfico 8 – Estágio de implementação das atividades essenciais dos NITs



Fonte: Formict/MCT

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 3,5% e 74%, conforme apresentado no Gráfico 9. Dessas, as atividades que tiveram os maiores índices de implementação foram:

- Política de confidencialidade (74%);
- Doc. Padronizados (contratos, acordos de parcerias, declaração de invenção) e Capacitação realizada pelo NIT (73,6%);
- Eventos (72,9%); e
- Orientação aos pesquisadores, cadastro de pesquisadores (71,3%)

As atividades complementares que tiveram os menores índices de implementação foram:

- Participação minoritária no capital social de empresas (3,5%);
- Avaliação econômica dos inventos (17,4%);
- Cadastro de oferta e demanda (24%); e
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (39,1%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice "Em Desenvolvimento" das atividades mencionadas a seguir:

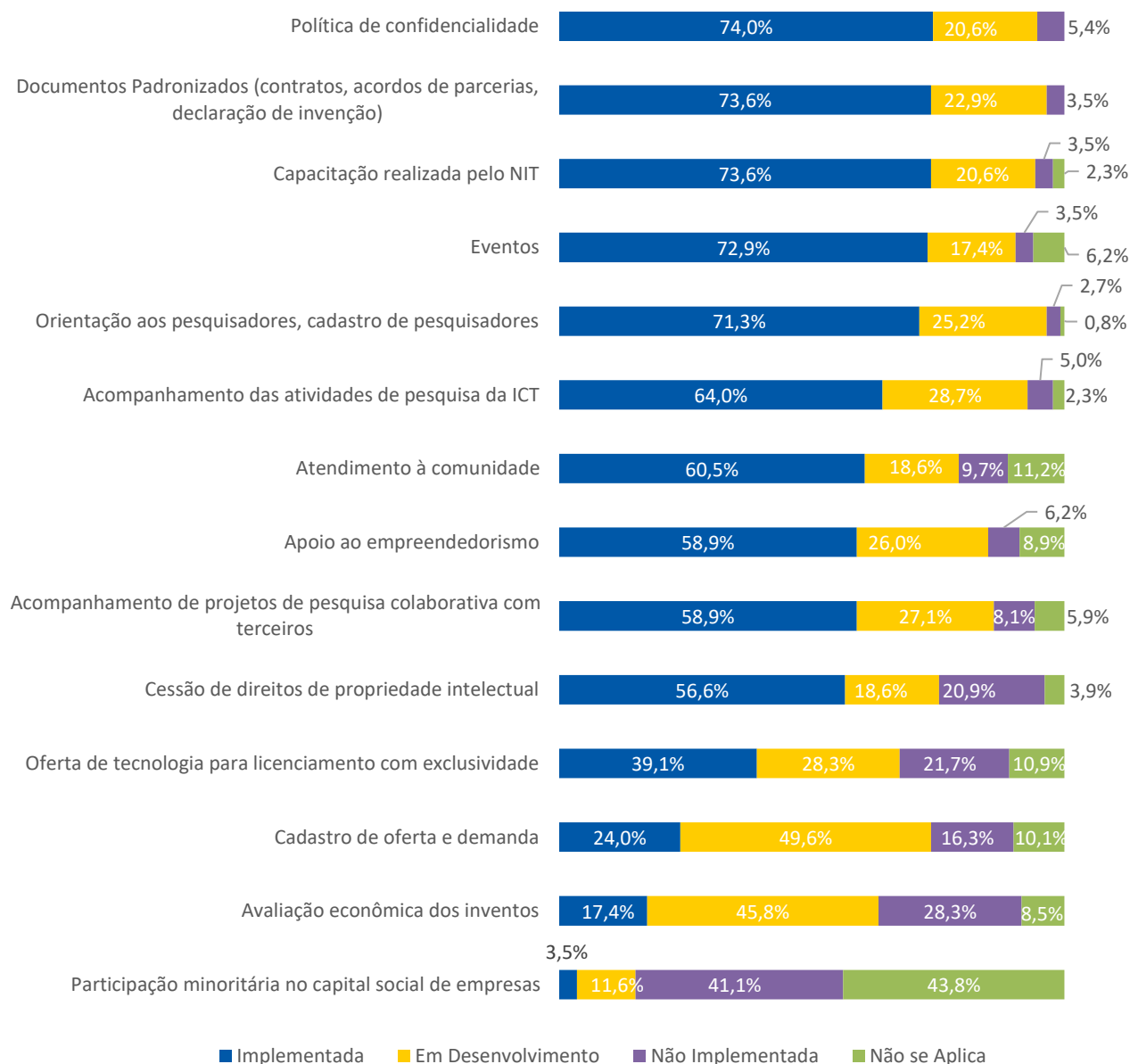
- Cadastro de oferta e demanda (49,6%);
- Avaliação econômica dos inventos (45,8%); e
- Acompanhamento das atividades de pesquisa da ICT (28,7%).

Na opção "Não se aplica" apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades a seguir apresentaram os maiores índices nesse quesito:

- Participação minoritária no capital social de empresas (43,8%);
- Atendimento à comunidade (11,2%); e
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (10,9%).

As principais atividades complementares dos NITs estão apresentadas no Gráfico 9, que apresenta o estágio de implementação de cada uma delas em ordem decrescente de implementação.

Gráfico 9 – Estágio de implementação das atividades complementares dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

Dos 258 NITs, somente 41 informaram ter outras atividades, não elencadas.

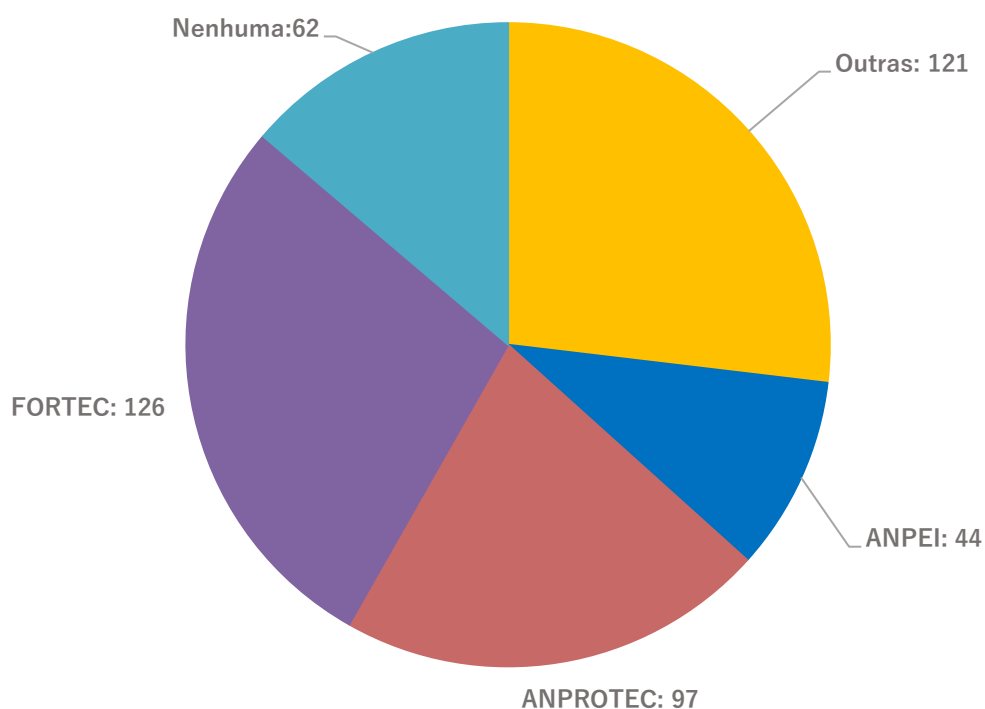
4.5 Participação em redes ou associações

A participação em redes ou associações contribui para a promoção das atividades de inovação.

De acordo com as informações prestadas, 196 ICTs (79,1%) participam de pelo menos uma Associação, sendo que 126 (28,0%) participam da *Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec)*; 97 (21,6%) da *Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)*; 44 (9,8%) da *Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei)* e 121 (26,8%) de *Outras associações ou redes*. Somente 62 ICTs (13,8%) não participam de associações ou redes.

O gráfico 10 apresenta a distribuição da participação das ICTs em redes ou associações.

Gráfico 10 – Participação das ICTs em rede e associações



Fonte: Formict/MCTI

5 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proteção da propriedade intelectual das ICTs é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

Na Tabela 8 é apresentada a quantidade e o percentual de ICTs públicas e privadas que possuem ou não pedido de proteção no ano-base 2022.

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 66,8% (137 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano-base de 2022, outros 33,2 % (68 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 42,9% (39 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 57,1% (52 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2022.

Tabela 8 – Quantidade de ICTs com pedido de proteção no ano-base 2022

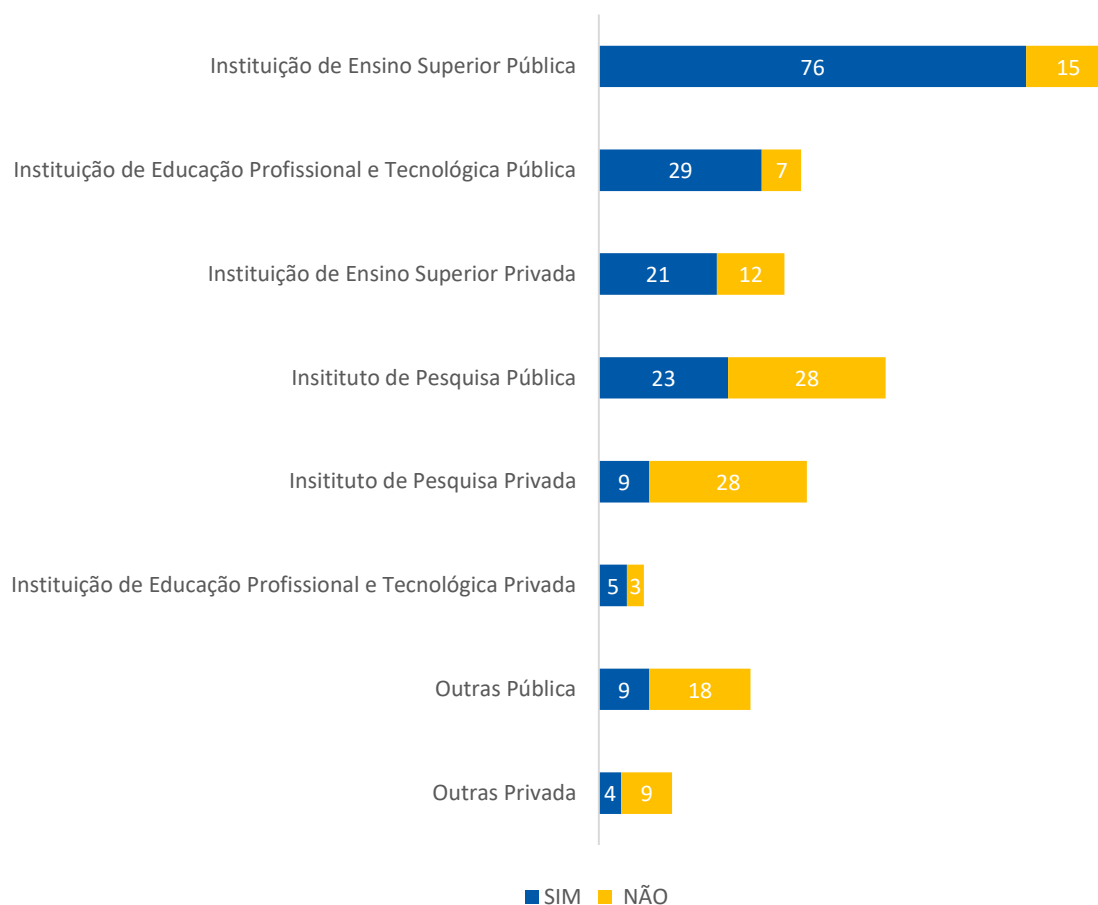
Possui Pedido de Proteção	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	137	66,8	39	42,9	176	59,5
Não	68	33,2	52	57,1	120	40,5
Total	205	100	91	100	296	100

Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 121 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2022, verificou-se o seguinte perfil: 27 Instituições de Ensino Superior, 56 Institutos de Pesquisa, 10 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica e 27 outras instituições.

O Gráfico 11 apresenta o perfil das ICTs que possuem ou não pedido de proteção no ano-base 2022.

Gráfico 11 – Perfil das ICTs com pedido de proteção no ano-base 2022



Fonte: Formict/MCTI

Conforme informações recebidas por meio do Formict e conjugando as Tabelas 8 e 9, verificou-se que das 137 instituições públicas que possuem pedidos de proteção (requeridos e concedidos), 120 instituições foram responsáveis pelo total de 1.467 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que do total de 39 instituições com pedidos de proteção (requeridos e concedidos), 33 foram responsáveis pelo total de 192 pedidos de proteção requeridos, totalizando 1.659 pedidos de proteção requeridos.

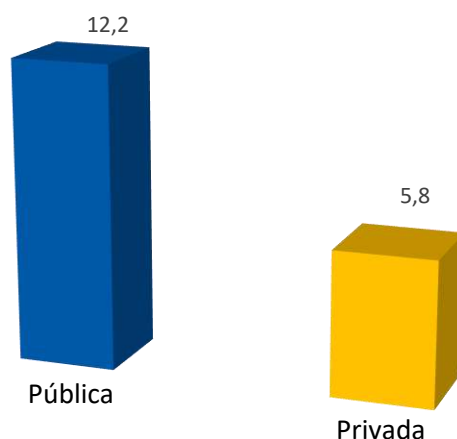
De posse das informações anteriores, buscou-se trabalhar um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção requerida e o quantitativo das instituições com pedidos de proteção requerida, tanto para instituições públicas, quanto para as privadas, conforme apresentado na fórmula a seguir:

$$\frac{\Sigma \text{Quantidade de pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{Quantidade de instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

O Gráfico 12 apresenta o índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada.

As instituições públicas apresentaram o índice de 12,2 pedidos de proteção requeridos por instituição (1.467/120 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições privadas apresentaram o índice de 5,1 pedidos de proteção requeridos por instituição (192/33 instituições com pedidos de proteção requeridos).

Gráfico 12 – Índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada



Fonte: Formict/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 114 instituições públicas tiveram 1.734 pedidos de proteção concedidos em 2022 e 25 instituições privadas obtiveram 250 pedidos concedidos, totalizando 1.984 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam elas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 94,1% de seus pedidos de proteção requeridos ocorreram no Brasil, apenas 5,1% dos pedidos de proteção requeridos ocorreram no exterior e 0,8% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às instituições privadas, 87,0% dos pedidos das instituições privadas ocorreram no Brasil, 8,3% somente no exterior e 4,7% em ambos (Brasil e exterior), conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Proteção requerida por localidade e tipo de instituição solicitante

Proteção Requerida	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1.380	94,1	167	87,0	1.547	93,2
Exterior	75	5,1	16	8,3	91	5,5
Brasil/ Exterior	12	0,8	9	4,7	21	1,3
Total	1.467	100	192	100	1.659	100

Fonte: Formict/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 97,5% de seus pedidos de proteção concedidos ocorreram no Brasil, apenas 0,9% dos pedidos de proteção concedidos ocorreram no exterior e 1,6% dos pedidos em ambos (Brasil e exterior).

No que se refere às instituições privadas, 98,8% dos pedidos foram concedidos no Brasil e 1,2% dos pedidos em ambos (Brasil e exterior).

No total, 97,7% dos pedidos de proteção foram concedidos no Brasil, 0,8% foram concedidos no exterior e 1,5% em ambos (Brasil e exterior), conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Proteção concedida por localidade e tipo de instituição solicitante

Proteção Concedida	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1.691	97,5	247	98,8	1.938	97,7
Exterior	15	0,9	0	0	15	0,8
Brasil/ Exterior	28	1,6	3	1,2	31	1,5
Total	1.734	100	250	100	1.984	100

Fonte: Formict/MCTI

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1.137 são Patente de Invenção, 231 são de *Registro de Marca*, 126 são relativos a *Programa de Computador*, 56 são de *Registro de Cultivar*, 52 são de *Modelo de Utilidade*, 40 são de *Desenho Industrial*, 1 é *Registro de Marca Coletiva* e 16 correspondem a *Outros* tipos de proteção, conforme Tabela 11:

Tabela 11 – Tipos de proteção requerida

Tipo de Pedido	Pública	Privada	Quantidade
Patente de Invenção	1.005	132	1.137
Registro de Marca de Produto ou Serviço	184	47	231
Modelo de Utilidade	48	4	52
Programa de Computador	118	8	126
Registro de Cultivar	56	0	56
Desenho Industrial	39	1	40
Registo de Marca Coletiva	1	0	1
Outros	16	0	16
Total	1.467	192	1.659

Fonte: Formict/MCTI

A Tabela 12 traz a relação, de acordo com o perfil das ICTs, das comunicações de invenção recebidas pelos NITs e os pedidos de proteção requeridos, com vistas a entender qual o quantitativo das comunicações de invenção é considerado passível de proteção intelectual pelos NITs. Considerando que as comunicações de invenção não são convenientes para todos os tipos de proteção, foram incluídos na contabilização do total de pedidos requeridos na tabela 12, os seguintes tipos de pedidos: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Tabela 12 – Quantidade de comunicações de invenção por perfil

Perfil	Comunicações de Invenção	Proteções Requeridas*
Instituição de Ensino Superior Pública	2.204	1.127
Instituição de Ensino Superior Privada	128	59
Instituto de Pesquisa Público	137	165
Instituto de Pesquisa Privado	172	66
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Público	475	144
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Privado	38	24
Outras	82	74
Total	3.236	1.659

Fonte: Formict/MCTI

* Proteções Requeridas: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

A tabela 13 apresenta os diferentes tipos de proteção requerida por setor econômico.

Tabela 13 – Tipos de proteção requerida por setor econômico

Setor econômico	DI	MU	PC	PI	RC	RMCOL	RMPS	Ou	Total
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1		1	28		1	26		57
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2	1	17	125	56		24	3	228
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação		1	1	34			4		40
Alojamento e Alimentação				29			3		32
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1			6			19		26
Atividades Administrativas e Serviços Complementares			1				7		8
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados							1		1
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1	9	34	154			46	1	245
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1			1					2
Construção		2		21					23
Educação	6	2	13	17			58		96
Eletricidade e Gás	1	3	18	38				1	61
Indústrias de Transformação	20	23	2	421			5	10	481
Indústrias Extrativas				26					26
Informação e Comunicação	2	1	20	46			21		90
Saúde Humana e Serviços Sociais	5	10	15	168				1	199
Serviços Domésticos			1				11		12
Transportes, Armazenagem e Correio			1	5					6
Outras Atividades de Serviços			2	18			6		26
Total	40	52	126	1.137	56	1	231	16	1.659

Fonte: Formict/MCTI

DI- Desenho Industrial

MU- Modelos de Utilidade

PC- Programa de Computador

PI- Patente de Invenção

RC- Registro de Cultivar

RMCOL – Registro de Marca Coletiva

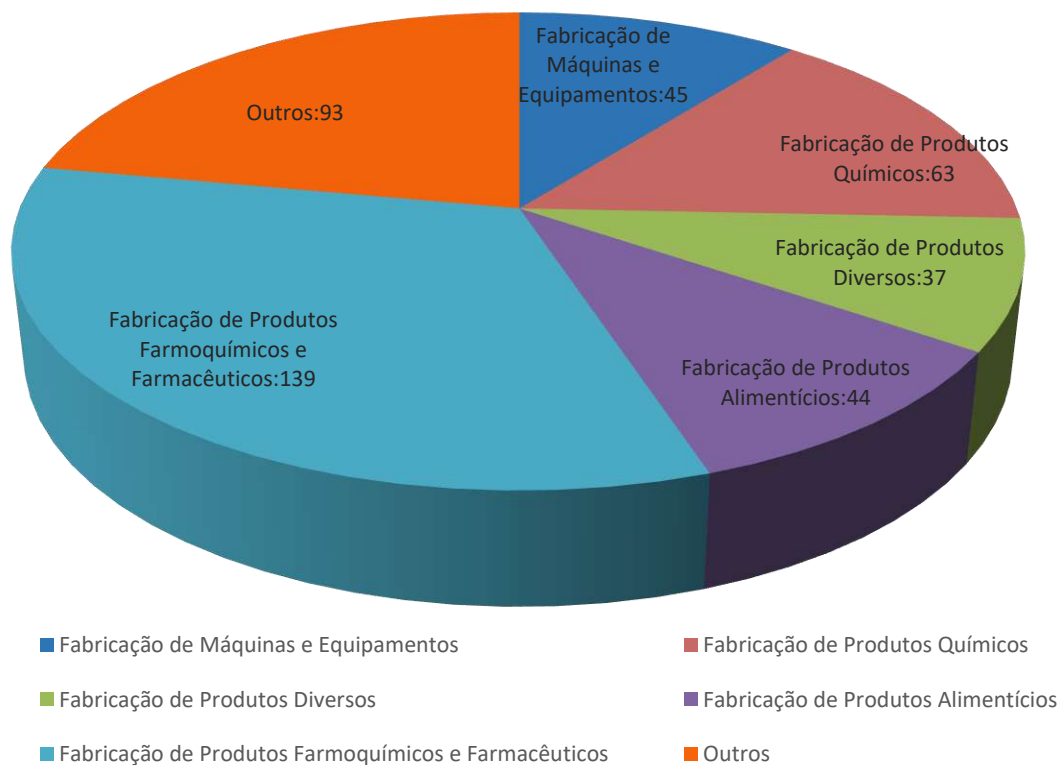
RMPS- Registro de Marca de Produto ou Serviço

Ou - Outros

Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de *Patentes de Invenção*, estas corresponderam a 1.137 pedidos, o que representa 68,5% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: *Indústria de Transformação*, 37,0% (421 pedidos), *Saúde Humana e Serviços Sociais*, 14,8% (168 pedidos), *Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas*, 13,5% (154 pedidos), *Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura*, 11,0% (125 pedidos), *Informação e Comunicação*, 4,1% (46 pedidos) e os demais setores tiveram 19,6% (223 pedidos).

Das proteções requeridas no setor de Indústria de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: *Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos*, 33,0% (139 pedidos), *Fabricação de Produtos Químicos*, 15,0% (63 pedidos), *Fabricação de Máquinas e Equipamentos*, 10,7% (45 pedidos), *Fabricação de Produtos Alimentícios*, 10,4% (44 pedidos) *Fabricação de Produtos Diversos*, 8,8% (37 pedidos) e *Outros*, 22,1% (93 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Distribuição das patentes de invenção requeridas no setor de indústria de transformação



Fonte: Formict/MCTI

A tabela 14 apresenta os diferentes tipos de proteção concedida por setor econômico.

Tabela 14 – Tipos de proteção concedida por setor econômico

Setor econômico	DI	MU	PC	PI	RC	RDA	RMPS	Ou	Total
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social			28	2			3		33
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	3	2	47	53	48	3	27	6	189
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação		1	6	14			2		23
Alojamento e Alimentação			3	3			3		9
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	3		10	3		2	2		20
Atividades Administrativas e Serviços Complementares			17				2		19
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados			1	1					2
Atividades Imobiliárias			4						4
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	7	2	89	156			15		269
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas			1	1					2
Construção	1	1	13	3				2	20
Educação	1	2	180	5	1	18	17		224
Eletricidade e Gás		2	43	27					72
Indústrias de Transformação	23	4	20	253			4	3	307
Indústrias Extrativas			9	7					16
Informação e Comunicação	1	2	447	40			5		495
Saúde Humana e Serviços Sociais	6	5	101	75			10		197
Transportes, Armazenagem e Correio			3	7					10
Outras Atividades de Serviços	1		43	9			20		73
Total	46	21	1.065	659	49	23	110	11	1.984

Fonte: Formict/MCTI

DI - Desenho Industrial

PI - Patente de Invenção

RMPS - Registro de Marca de Produto ou Serviço

MU - Modelos de Utilidade

RC - Registro de Cultivar

Ou - Outros

PC - Programa de Computador

RDA - Registro de Direito Autoral

Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi *Programa de Computador* (1.065 proteções concedidas), representando 53,7% do total.

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de *Patentes de Invenção* (659 registros concedidos), representando 33,2% do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: *Indústrias de Transformação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Saúde Humana e Serviços Sociais; Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Informação e Comunicação*; entre outros.

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que eles representaram 69,0% das proteções requeridas e 72,4% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 31,0% das proteções requeridas e 27,6% das proteções concedidas, conforme demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15 – Cotitularidade das proteções

Proteções	Requeridas						Concedidas					
	Cotitularidade	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total
Com cotitularidade	455	31,0	59	30,7	514	31,0	458	26,4	89	35,6	547	27,6
Sem cotitularidade	1.012	69,0	133	69,3	1.145	69,0	1.276	73,6	161	64,4	1.437	72,4
Total	1.467	100	192	100	1.659	100	1.734	100	250	100	1.984	100

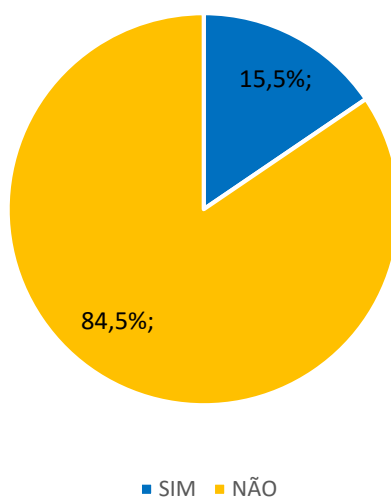
Fonte: Formict/MCTI

5.3 Desenvolvimento de *spin-offs*

Spin-offs são definidas como *start ups* criadas com o intuito de explorar propriedade intelectual de ICTs. Seus fundadores podem ser tanto pesquisadores, docentes, colaboradores ou estudantes da instituição, quanto empreendedores de fora da comunidade acadêmica. Vale ressaltar que podem existir *spin-offs* que exploram a propriedade intelectual da ICT sem necessariamente pagar *royalties*, como, por exemplo, quando o licenciamento da propriedade intelectual ocorre em troca de participação acionária da ICT na empresa. Em outros casos, existem também *spin-offs* que exploram propriedade intelectual protegida da ICT sem a formalização de contratos de licenciamento.

Das ICTs respondentes do Formict de 2022, apenas 46 (15,5%) informaram que já desenvolveram *spin-offs* desde a sua criação e 250 (84,5%), que ainda não desenvolveram, conforme demonstra o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Desenvolvimento de spin-off pelas ICTs



Fonte:Formict/MCTI

6 CONTRATOS DE TECNOLOGIA

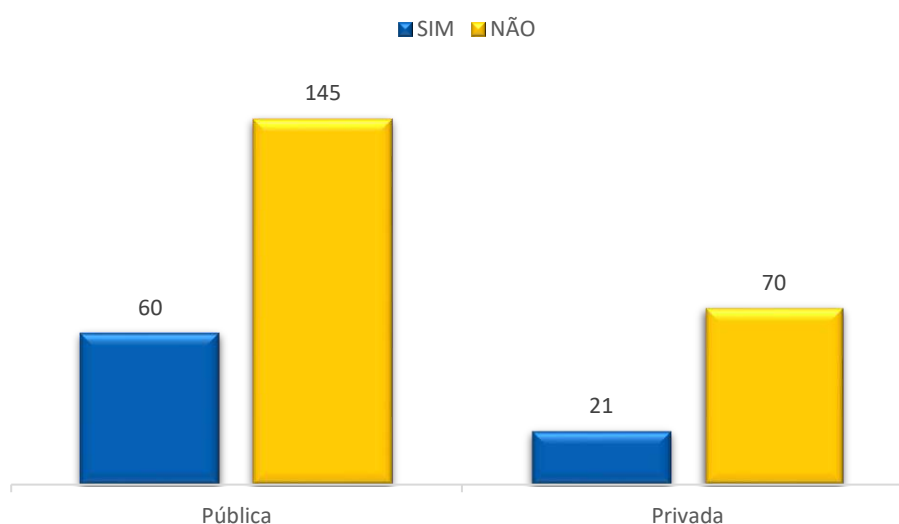
O art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICTs constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nessas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e, por fim, o pagamento de *royalties* ou prêmios para a ICT.

6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 81 instituições informaram possuir contratos firmados em 2022, sendo 60 instituições públicas e 21 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2022, 145 são instituições públicas e 70 são instituições privadas, totalizando 215 instituições. O Gráfico 15 apresenta a quantidade de instituições públicas e privadas que possuem ou não contrato de tecnologia firmado.

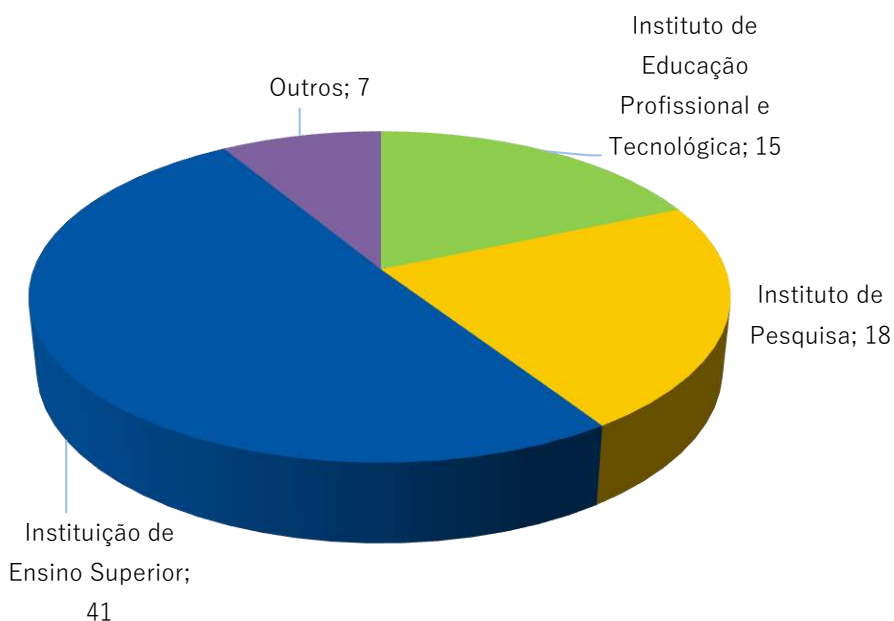
Gráfico 15 – Quantidades de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia



Fonte: Formict/MCTI

Das 81 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada por *Instituição de Ensino Superior*, sendo 41 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por 18 *Institutos de Pesquisa*, 15 *Institutos de Educação Profissional e Tecnológica* e 7 *Outras instituições*, conforme apresentado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia



Fonte: Formict/MCTI

6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 2.868 Contratos de Tecnologia, sendo 51,4% *Acordos de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 9,2% *Contratos de cessão de direitos de propriedade intelectual*; 8,6% *Termos de confidencialidade*; 8,3% *Contratos de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*; 3,9% *Contratos de cotitularidade*; 2,1% *Acordos de transferência de material biológico*; 2,1% *Contratos de know how*; 1,7% *Contratos ou convênios de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 1,5% *Contratos ou convênios de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação*; 0,4% *Contratos ou convênios de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTs, empresas ou pessoas físicas* e 10,8% *Outros Objetos*.

A Tabela 16 apresenta a distribuição dos contratos de tecnologia por objeto.

Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto

Objeto	ICTs que informaram ter contrato	Quantidade de contratos	%
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	64	1.475	51,4
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	9	52	1,7
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	26	238	8,3
Contrato de know how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	16	59	2,1
Termo de confidencialidade (Termo de sigilo/ Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo)	17	248	8,6
Contrato de cotitularidade.	24	111	3,9
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	15	263	9,2
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação	6	42	1,5
Acordo de transferência de material biológico.	5	59	2,1
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTs, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação	3	10	0,4
Outros	23	311	10,8
TOTAL	-	2.868	100

Fonte: Formict/MCTI

Na Tabela 17 é apresentada a distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade. Analisando-a, observa-se que as instituições públicas foram responsáveis por 804 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 642 contratos *Com Exclusividade* e 1.003 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção. As instituições privadas foram responsáveis por 110 contratos *Com Exclusividade*, 32 contratos *Sem Exclusividade* e 277 contratos de *Outras Formas*.

Tabela 17 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade

Contratos	Pública	Privada	Total
Sem exclusividade	804	32	836
Com exclusividade	642	110	752
Outras Formas	1.003	277	1.280
Total	2.449	419	2.868

Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos contratos de tecnologia, a região Sudeste foi a que apresentou o maior montante, R\$ 1.820 milhões oriundos de 1.572 contratos, já a região Centro-Oeste, apresentou rendimentos no valor de R\$ 220,8 milhões relativos a 525 contratos, conforme Tabela 18¹.

Os 2.868 contratos de tecnologia totalizaram um montante da ordem de R\$ 2.392,4 milhões, conforme Tabela 18. Destes, o objeto de contrato que apresentou maior montante foi *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*, com R\$ 2.053,7 milhões oriundos de 1.475 contratos desse tipo. Os contratos informados como *Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação* apresentaram o segundo maior montante, com R\$ 177,5 milhões oriundos de 52 contratos, em seguida os *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*, com R\$ 33,6 milhões oriundos de 238 contratos. Nos do tipo *Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual*, o montante de R\$ 19,3 milhões com 263 contratos, nos do tipo *Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações* apresentaram o montante de R\$ 11,3 milhões oriundos de 10 contratos, já os *Contrato de Know how* apresentaram o montante de R\$ 4,7

¹ Os contratos podem ser negociados por valor ou por porcentagem nos rendimentos auferidos com a comercialização do produto; caso sejam negociados por porcentagem, a instituição informa que não houve valor dos contratos e informa anualmente os rendimentos no bloco seguinte.

milhões oriundos de 59 contratos, enquanto os *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações* apresentaram R\$ 4,4 milhões oriundos de 42 contratos e os *Acordo de transferência de material biológico* apresentaram R\$ 1,7 milhão oriundo de 59 contratos. Os contratos de *Outros objetos* apresentaram o montante de R\$ 85,7 milhões, com 311 contratos. Os demais contratos não apresentaram valor significativo.

Tabela 18 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região

Objeto	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant. total	Valor Total R\$
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	195	R\$ 167.512.051,07	79	R\$ 114.827.352,04			871	R\$ 1.561.746.072,58	330	R\$ 209.697.172,99	1475	R\$ 2.053.782.648,68
Acordo de transferência de material biológico.							56	R\$ 1.735.000,00	3	R\$ 0,00	59	R\$ 1.735.000,00
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente/ Desenho Industrial/Marca/Programa de computador/Topografia de circuito integrado/Cultivar/Obra literária, artística ou científica/Outros).	219	R\$ 12.633.634,55	1	R\$ 337.000,00			22	R\$ 6.364.636,42	21	R\$ 14,00	263	R\$ 19.335.284,97
Contrato de cotitularidade.	12	R\$ 683,62	6	R\$ 0,00			49	R\$ 0,00	44	R\$ 0,00	111	R\$ 683,62
Contrato de know-how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	3	R\$ 0,00					34	R\$ 2.155.040,18	22	R\$ 2.581.323,98	59	R\$ 4.736.364,16
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente/Desenho Industrial/Marca/Programa de computador/ Topografia de circuito integrado/Cultivar/Obra literária, artística ou científica / Outros).	9	R\$ 0,00	16	R\$ 9.949.078,95			117	R\$ 21.663.364,79	96	R\$ 2.084.929,32	238	R\$ 33.697.373,06
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação.	4	R\$ 968.206,00	4	R\$ 9.109,59			27	R\$ 454.367,58	7	R\$ 3.033.033,71	42	R\$ 4.464.716,88
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTr, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	8	11.175.255,60					2	R\$ 213.406,40		R\$	10	R\$ 11.388.662,00
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	6	5.595.825,91	9	R\$ 5.828.715,83			36	R\$ 166.165.514,98	1	R\$ 0,00	52	R\$ 177.590.056,72
Termo de confidencialidade (Termo de sigilo/Termo De Compromisso de Manutenção de Sigilo).	9	R\$ 0,00					225	R\$ 0,00	14	R\$ 0,00	248	R\$ 0,00
Outros	60	R\$ 22.920.995,12	78	R\$ 1.447.279,65			133	R\$ 59.587.553,16	40	R\$ 1.753.663,20	311	R\$ 85.709.491,13
Total	525	R\$ 220.806.651,87	193	R\$ 132.398.536,06			1.572	R\$ 1.820.084.956,09	578	R\$ 219.150.137,20	2.868	R\$ 2.392.440.281,22

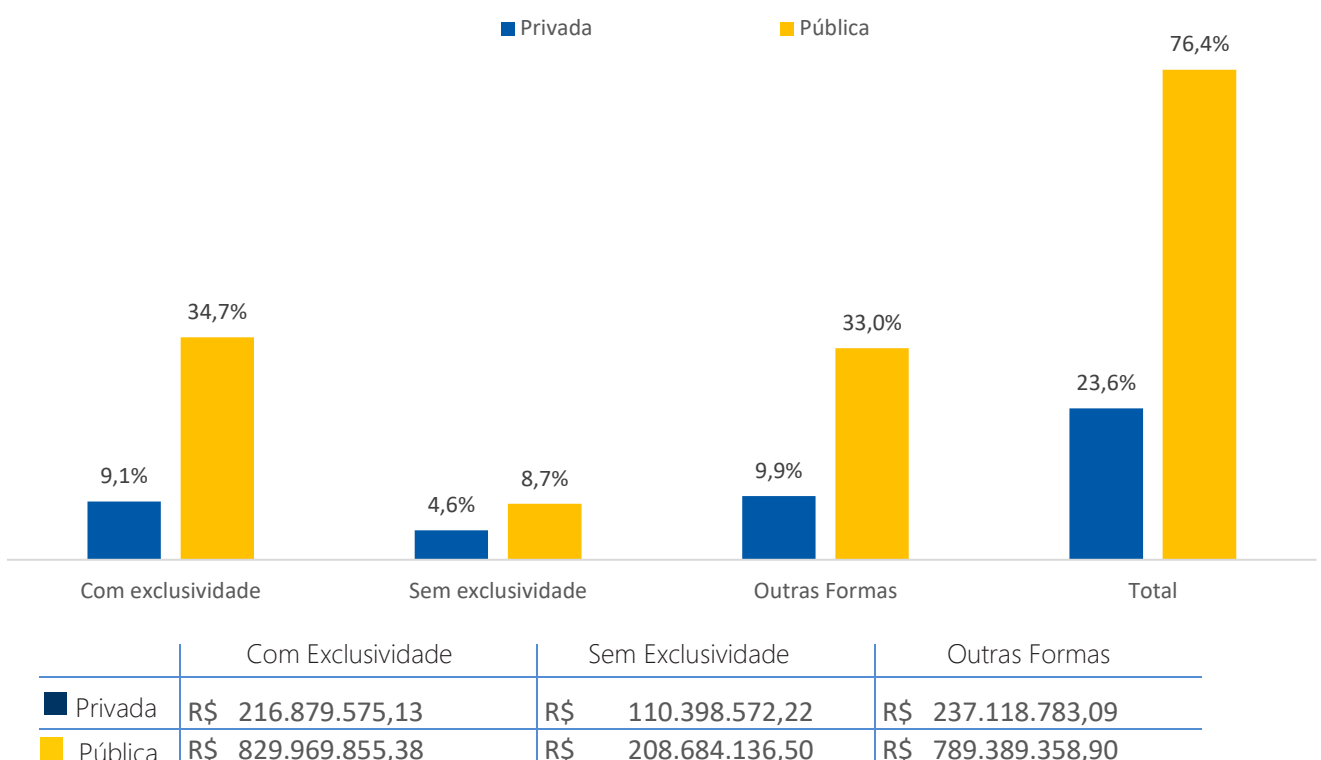
Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2022, alcançou o montante de R\$ 1.828 milhões, prevalecendo a realização de contratos *Com Exclusividade*, totalizando aproximadamente R\$ 829,9 milhões. Com relação aos contratos *Sem Exclusividade*, verificou-se o valor de R\$ 208,7 milhões, já as *Outras Formas* de contratos chegaram ao valor de R\$ 789,4 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 564,4 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Com Exclusividade* contabilizaram R\$ 216,9 milhões, enquanto que os contratos *Sem Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 110,4 milhões e R\$ 237,1 milhões foram contabilizados em *Outras Formas* de contratos.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 2.392,4 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que desse total, 34,7% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Com Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Sem Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 8,7% e *Outras Formas* de contratos representaram 33,0% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 9,1% do total, já os contratos firmados *Sem Exclusividade* apresentaram o total de 4,6% e *Outras Formas* de contratos representaram 9,9%, conforme demonstra o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Montante de contratos de tecnologia firmados em 2022.



Fonte: Formict/MCTI

6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no ano-base 2022 e que geraram recursos em 2022 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2022 e estão apresentados na Tabela 19.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 0,8 bilhão de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram cerca de R\$ 0,7 bilhão de rendimentos. No total, foram auferidos mais de R\$ 1,4 bilhão de rendimentos.

Tabela 19 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2022.

Recursos	Pública	Privada	Total
Rendimentos do ano percebidos na transferência de tecnologia	R\$ 751.497.607,98	R\$ 716.986.093,67	R\$ 1.468.483.701,65
Gastos com registros e manutenção da PI	R\$ 10.648.736,86	R\$ 2.198.829,07	R\$ 12.847.565,93

Fonte: Formict/MCTI

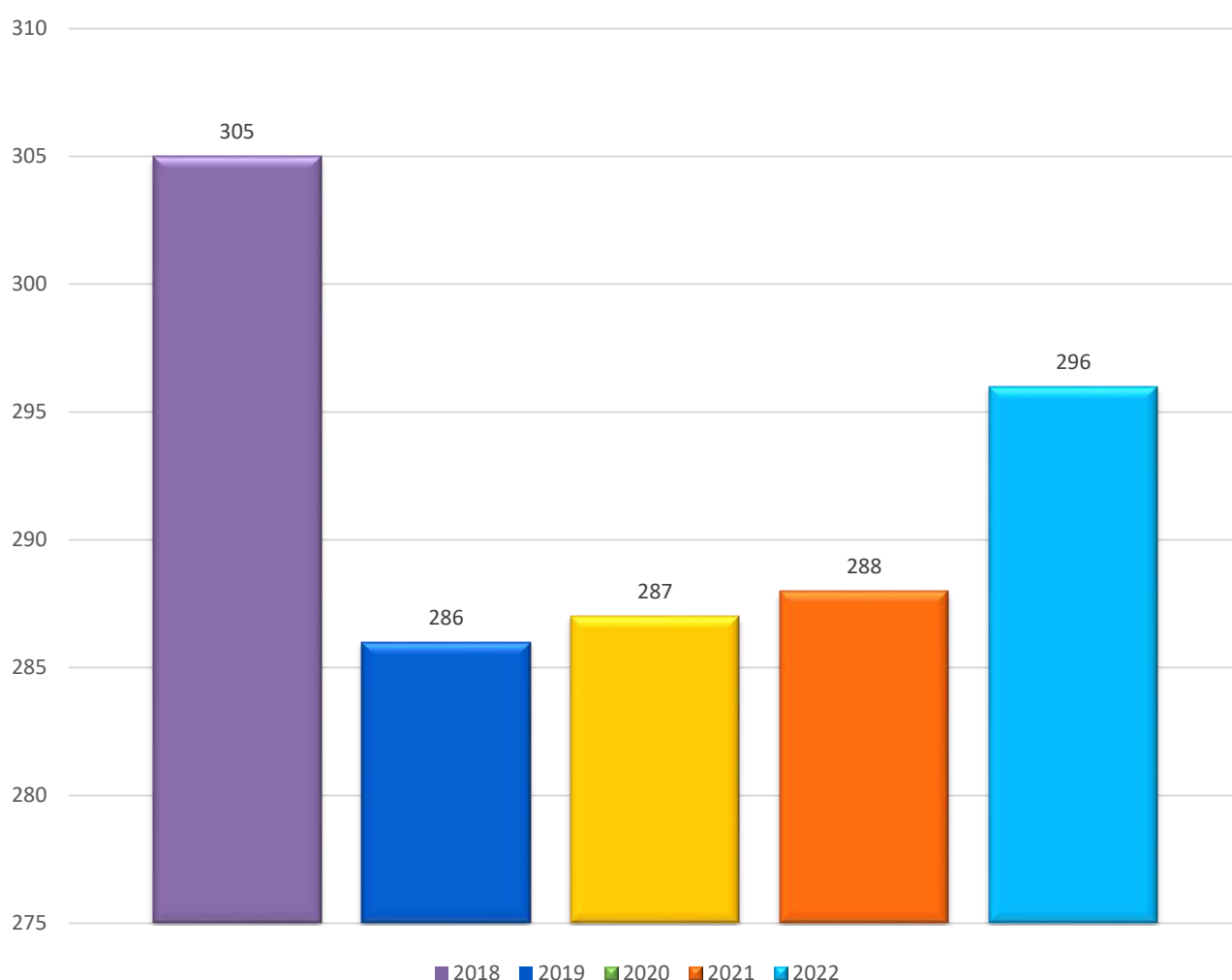
No que se refere aos gastos que as instituições tiveram em 2022 com registros e manutenção da proteção de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de aproximadamente R\$ 10,6 milhões e as instituições privadas de R\$ 2,2 milhões.

7 ANÁLISE COMPARATIVA 2018/ 2019/ 2020/ 2021/ 2022

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICTs nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um decréscimo do quantitativo de instituições que responderam o formulário em 2019 em relação à 2018 e uma retomada do crescimento nos anos de 2020 a 2022, em relação à 2019, conforme demonstrado no Gráfico 18.

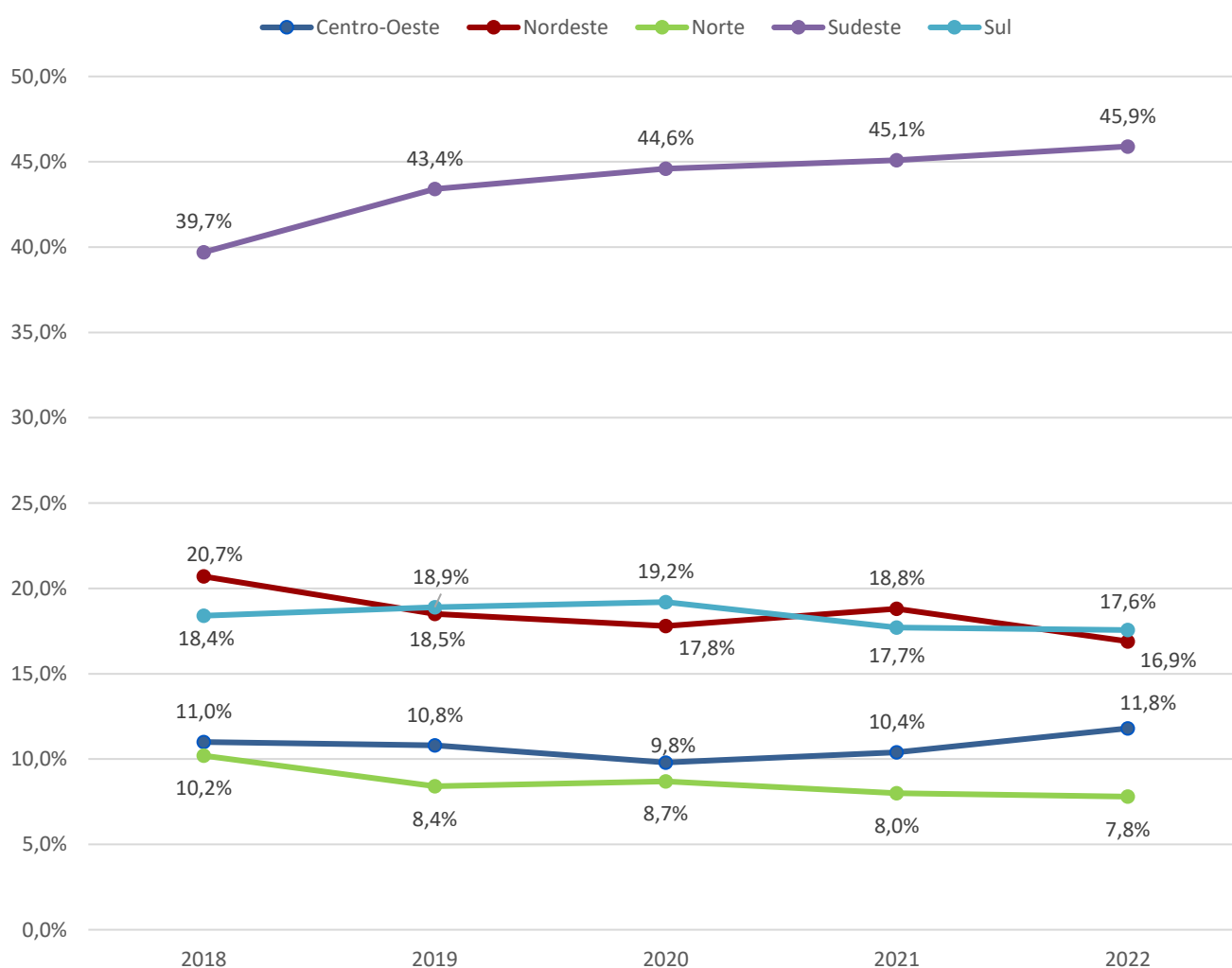
Gráfico 18 – Comparativo do quantitativo de ICTs que responderam o Formict



Fonte: Formict/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICTs, em 2022 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 10,4% para 11,8%, seguida da Região Sudeste, que passou de 45,1% para 45,9%. Enquanto isso, as regiões Nordeste, Norte e Sul decresceram, passando de 18,8% para 16,9%, de 8,0% para 7,8% e de 17,7% para 17,6%, respectivamente. O Gráfico 19 demonstra a distribuição de ICTs por região de 2018 a 2022.

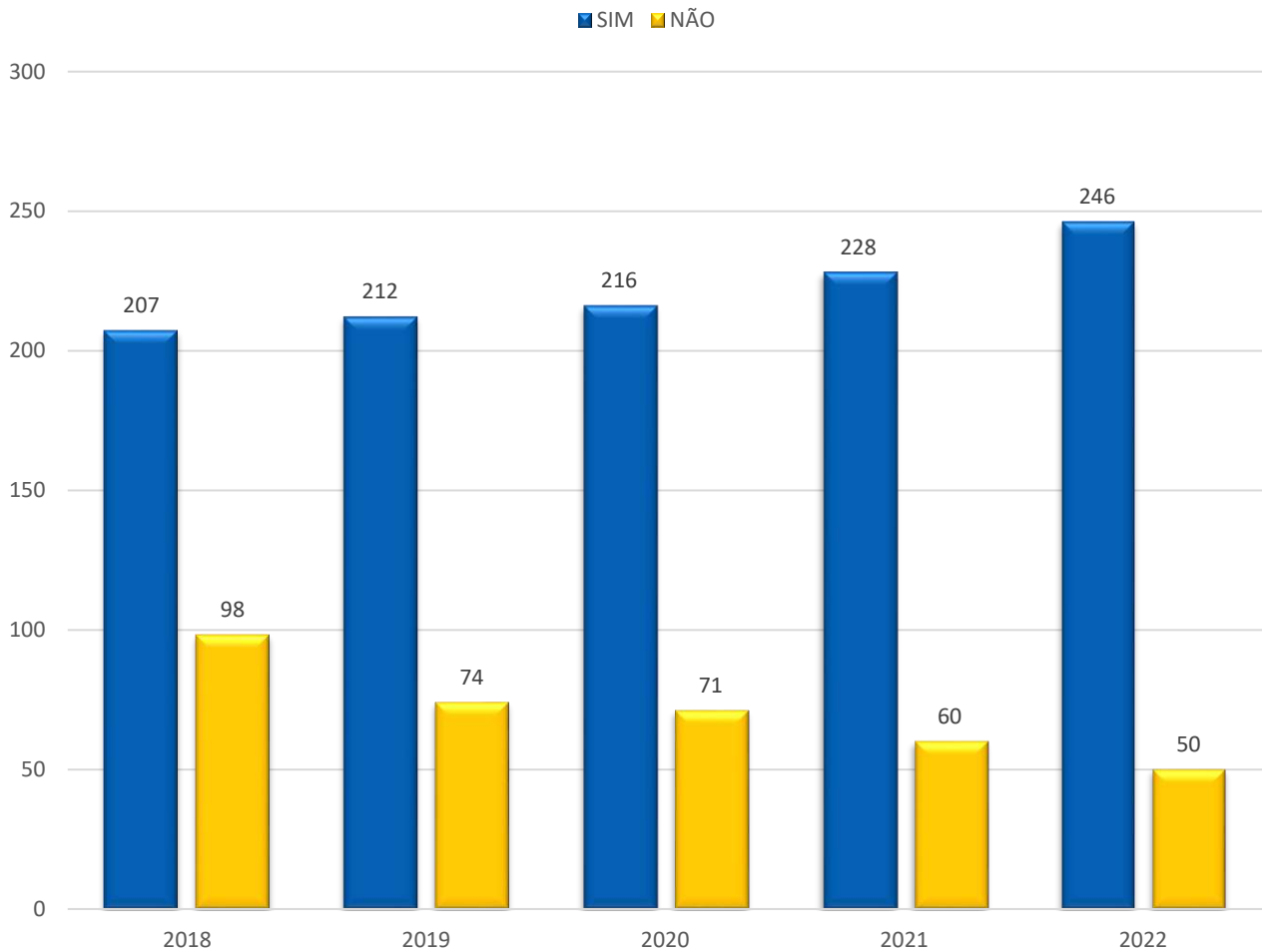
Gráfico 19 – Comparativo da distribuição de ICTs por região



Fonte: Formict/MCTI

No tocante à implementação da Política de Inovação, houve um acréscimo de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2021, 79,2% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Em 2022, este percentual foi de 83,1%. O Gráfico 20 demonstra a evolução da implementação da política de inovação de 2018 a 2022.

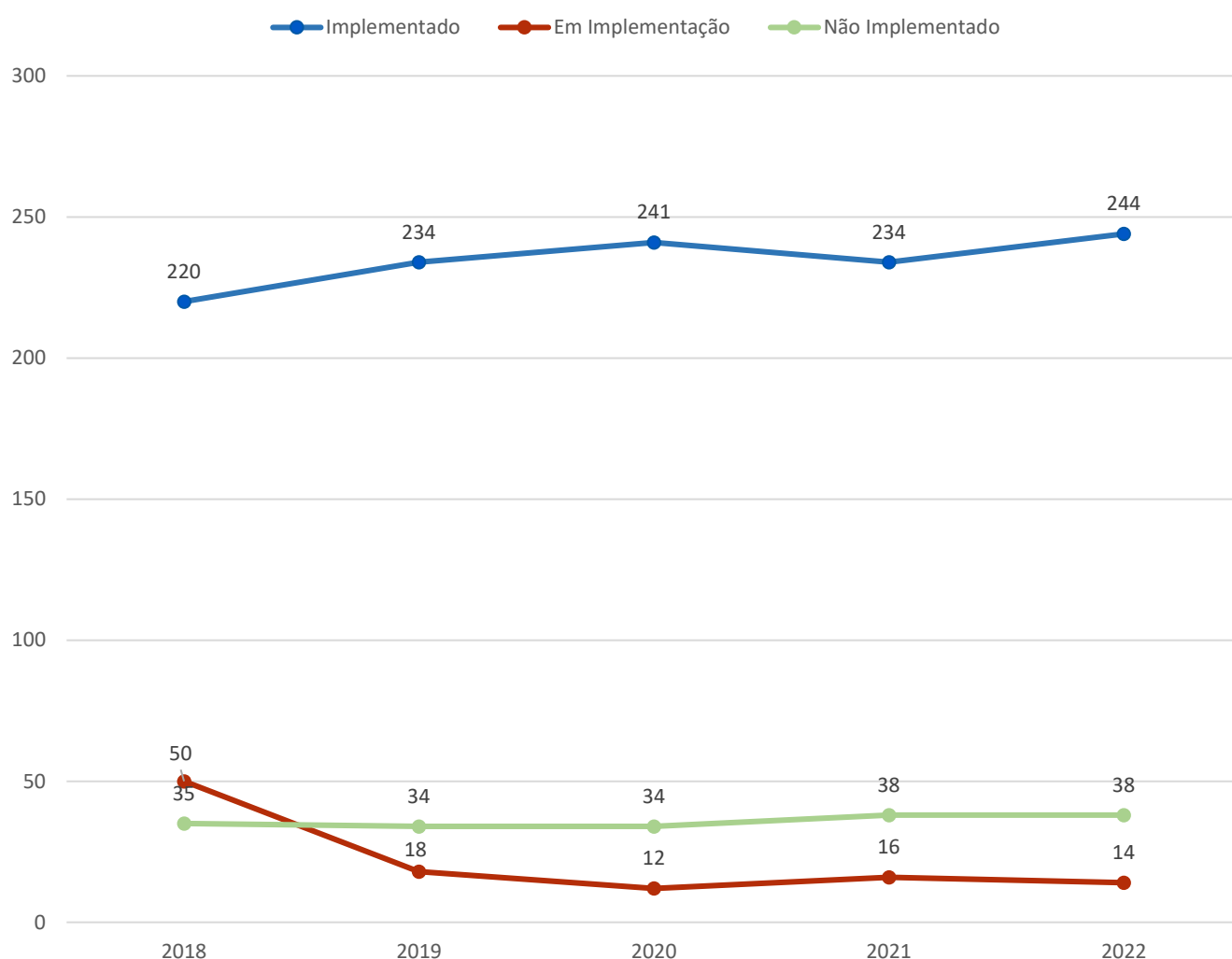
Gráfico 20 – Comparativo da implementação da política de inovação



Fonte: Formict/MCTI

Com relação à implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições, comparando os dados de 2022 com o ano anterior, observou-se o acréscimo de 10 instituições que informaram que os seus núcleos estão *Implementados*, houve o decréscimo de 2 instituições que estão *Em Implementação* e a manutenção de instituições com NIT *Não Implementado*. O Gráfico 21 apresenta a evolução anual de 2018 a 2022 do estágio de implementação dos NITs.

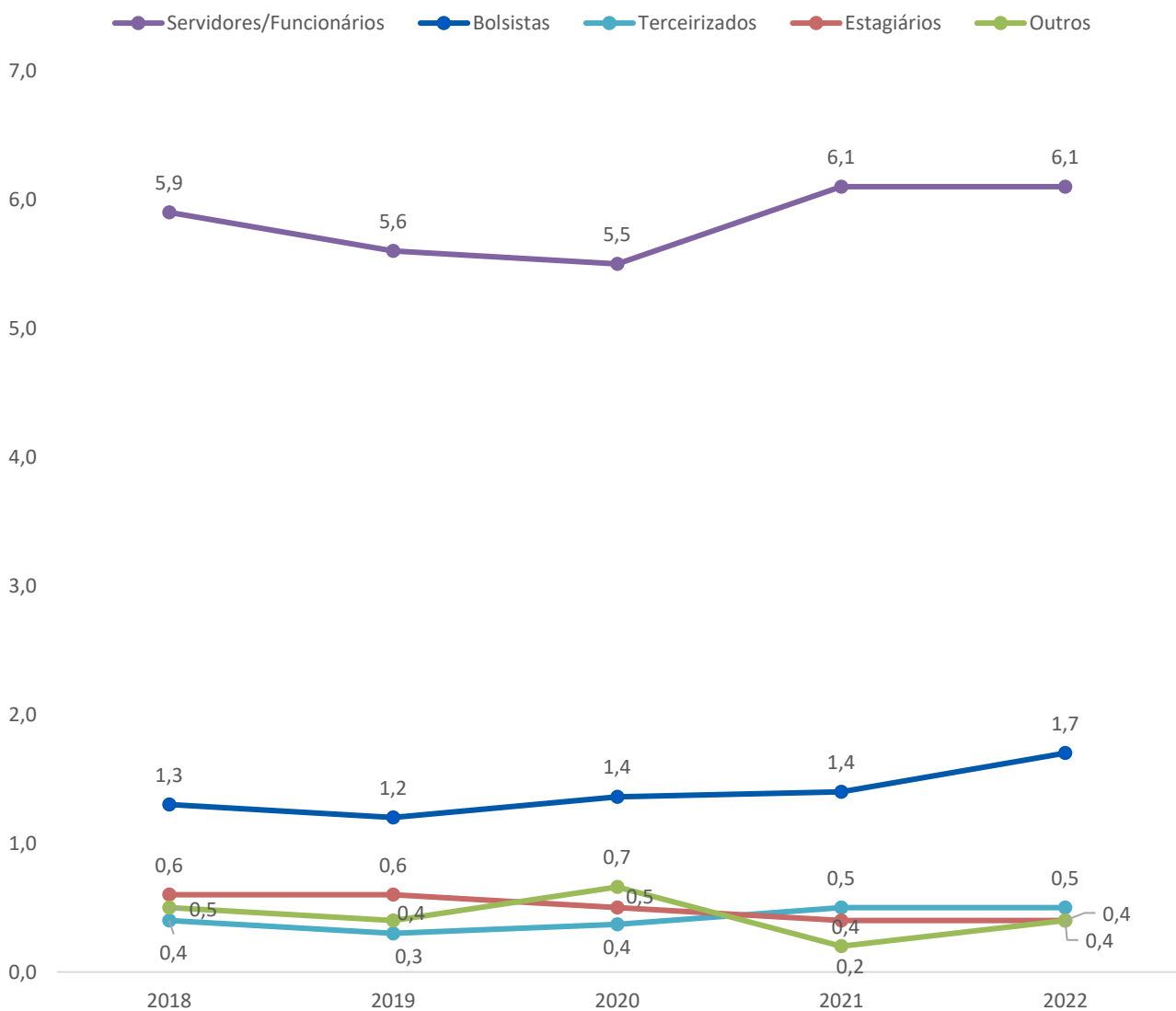
Gráfico 21 – Evolução do estágio de implementação dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

O Gráfico 22 refere-se à composição dos recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de *NITs Implementados* e *Em implementação*, desde 2018 até 2022. Em relação ao ano anterior, observa-se uma estabilização na média de *Servidores* em 6,1 por NIT, *Terceirizados* em 0,5 por NIT e *Estagiários* em 0,4 por NIT. Nota-se acréscimo de 0,3 dos *Bolsistas* e 0,2 nos *Outros*, quando comparadas as médias do ano-base 2022 com o ano-base de 2021.

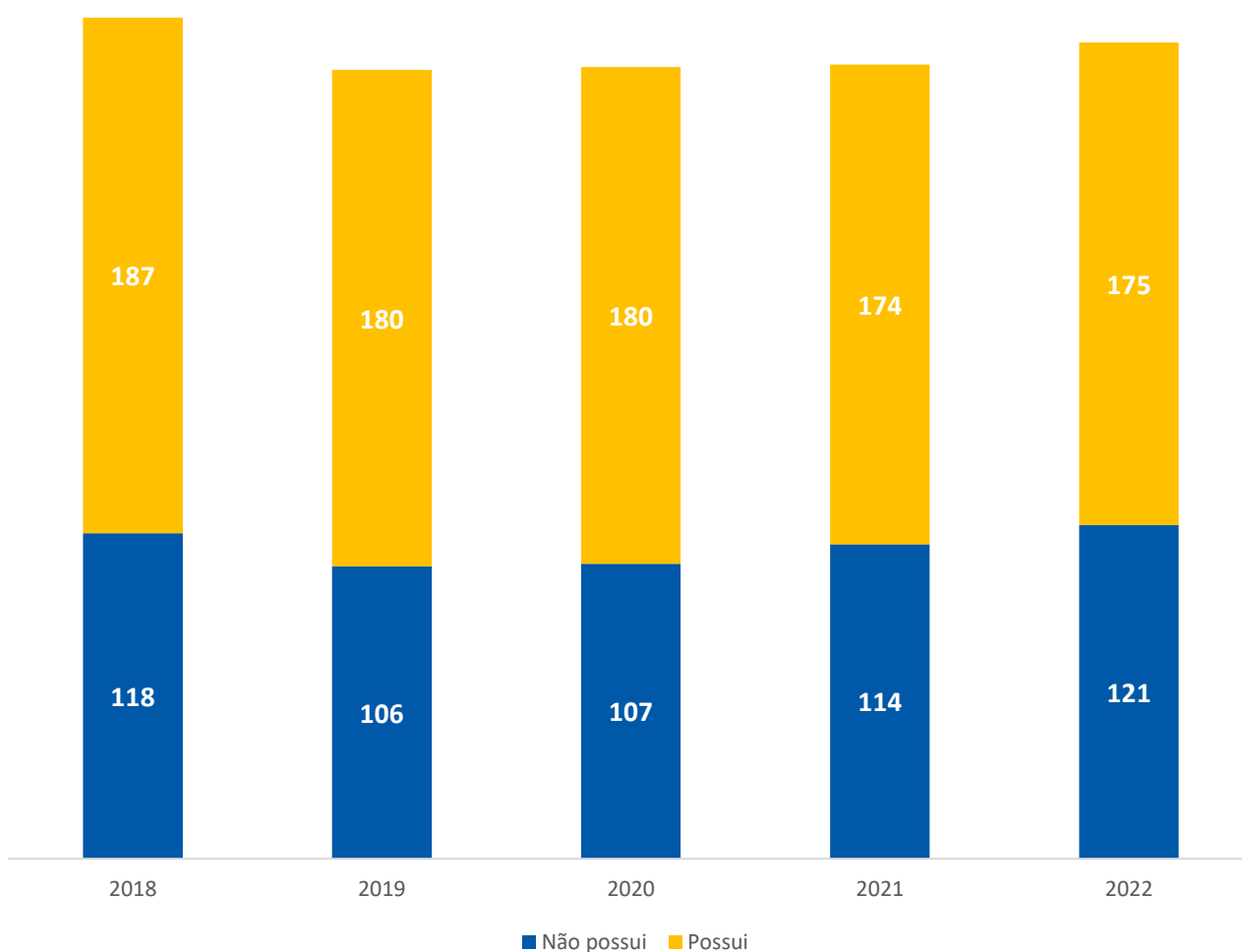
Gráfico 22 – Composição dos recursos humanos por instituições com NITs implementados e em implementação



Fonte: Formict/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2022 em relação ao ano anterior, observou-se que houve o acréscimo tanto de instituições que declaram possuir proteções intelectuais quanto das que declaram não possuí-las. O Gráfico 23 apresenta o comparativo de 2018 a 2022 da quantidade de instituições que possuem ou não pedido de proteção.

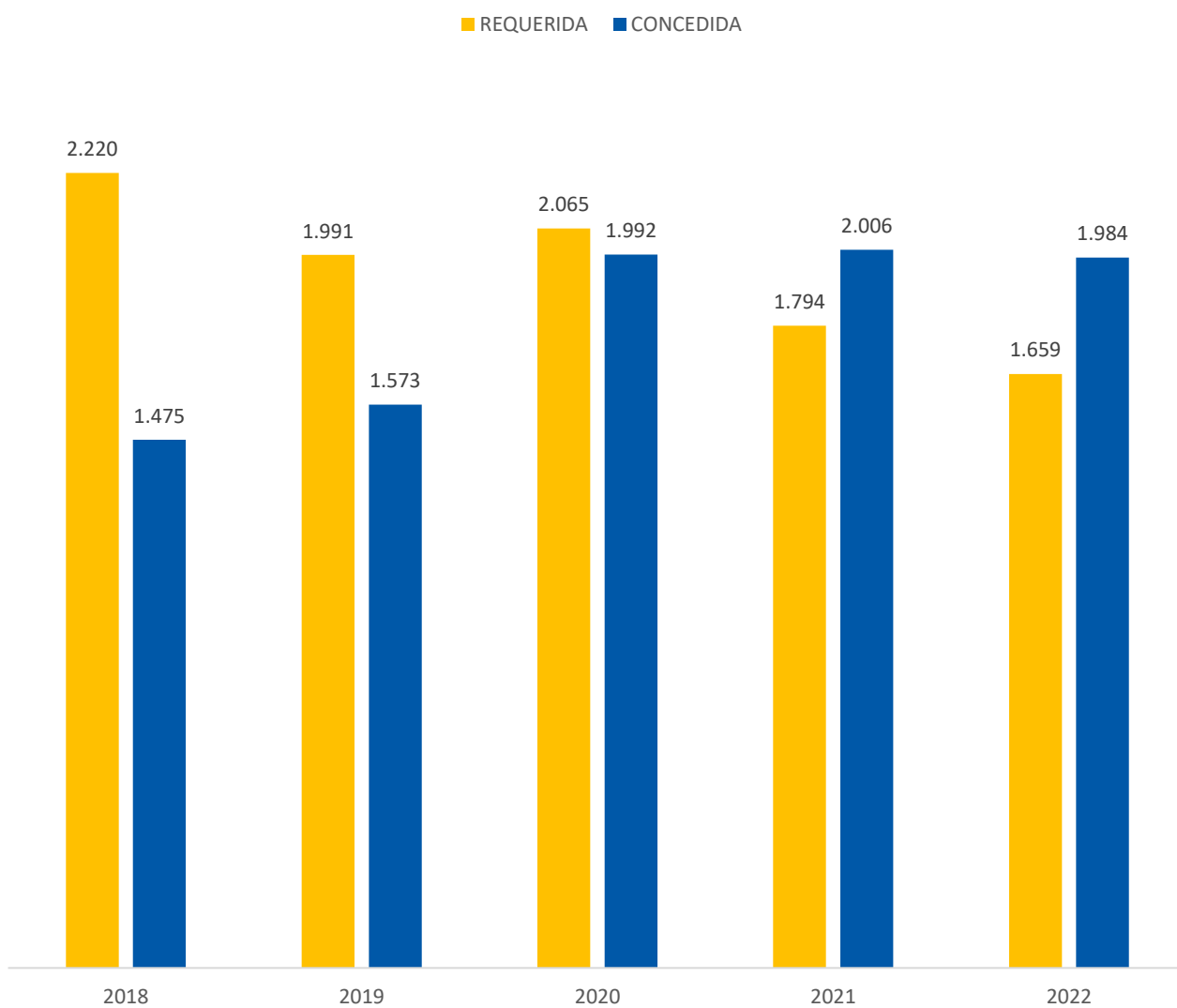
Gráfico 23 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção



Fonte: Formict/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano-base 2022 foram registrados 1.659 pedidos requeridos, que configura um decréscimo de 135 pedidos em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2022, houve um decréscimo de 22 pedidos em relação ao ano anterior. O Gráfico 24 apresenta o comparativo das quantidades de pedidos de proteção requeridos e concedidos de 2018 a 2022.

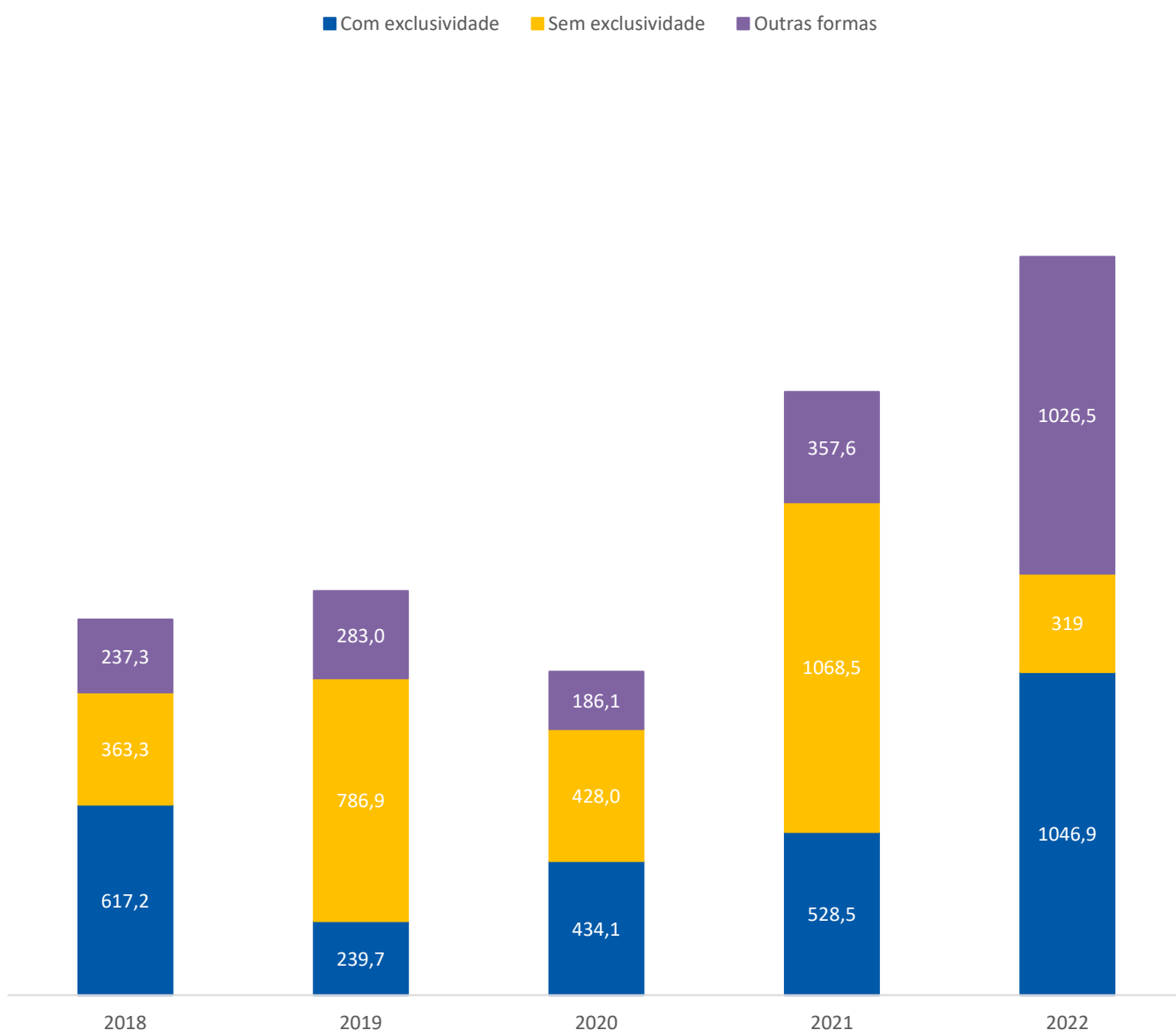
Gráfico 24 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção



Fonte: Formict/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia cresceu no período analisado, exceto em 2020. Observou-se que o montante no ano de 2022 foi 22,4% superior ao de 2021, correspondendo ao acréscimo de R\$ 437,8 milhões, sendo que houve um aumento de R\$ 518,4 milhões nos contratos *Com Exclusividade* e de R\$ 668,9 milhões nas *Outras Formas*. Nos contratos *Sem Exclusividade*, houve um decréscimo de R\$ 749,5 milhões. O Gráfico 25 apresenta a evolução de 2018 a 2022 do montante dos contratos de tecnologia firmados por exclusividade.

Gráfico 25 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia em R\$ milhões



Fonte: Formict/MCTI

8 CONCLUSÃO

A partir do ano-base de 2019, com a publicação da Portaria MCTI nº 3.859, de 8 de outubro de 2020, foi aprovado um novo formulário eletrônico Formict. No ano-base 2020 esse formulário eletrônico foi atualizado, permitindo às ICTs acesso direto para retificação de informações, seja de forma voluntária ou mediante solicitação do MCTI.

No ano-base de 2022, 296 instituições (205 públicas e 91 privadas) prestaram informações ao MCTI, representando um aumento de 2,8% com relação ao ano anterior. A seguir, são apresentadas algumas evoluções e pontos que merecem destaque.

O aumento da participação da Região Centro-Oeste na distribuição regional das ICTs indica uma redução da concentração nas regiões Sudeste e Sul.

Observa-se um avanço significativo na implementação da política de inovação, embora ainda existam desafios na execução de certas atividades, especialmente no que se refere ao empreendedorismo, à gestão de incubadoras e à participação no capital social de empresas, além das dificuldades no compartilhamento e na permissão de uso de laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual por terceiros.

O número de NITs implementados em 2022 totalizou 244, em comparação com 234 em 2021. Quanto aos recursos humanos nos NITs, o número de profissionais varia conforme a estrutura de transferência de tecnologia da instituição: 12 NITs têm apenas 1 profissional, 165 têm de 2 a 10 profissionais, 61 têm de 11 a 20 profissionais, 6 têm de 21 a 30 profissionais, 9 têm de 31 a 50 profissionais, e 5 têm mais de 50 profissionais dedicados à gestão da política de inovação. Destaca-se que os NITs com 11 a 20 profissionais apresentaram o maior aumento em relação ao ano anterior.

Em 2022, apesar de o aumento no número de instituições que declararam possuir proteções intelectuais em comparação ao ano-base de 2021, houve uma redução de 7,5% na quantidade de pedidos requeridos e de 1,1% na quantidade de pedidos concedidos, ambas em relação ao ano anterior. Quanto à cotitularidade das proteções, observa-se uma preferência por pedidos sem cotitularidade, representando 69% das proteções requeridas e 72,4% das proteções concedidas no ano-base de 2022.

Destaca-se também o crescimento contínuo no montante dos contratos de tecnologia nos últimos anos, exceto em 2020, alcançando aproximadamente R\$ 2,4 bilhões em 2022, o que representa um aumento significativo de 22,4% em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil (Formict) indicam avanços das instituições na estruturação de suas atividades de propriedade intelectual, evidenciando um contínuo aperfeiçoamento. No entanto, ainda enfrentam obstáculos na gestão de incubadoras e na participação em capitais sociais, além de dificuldades no compartilhamento de recursos e *expertise*.

Um dos principais desafios que impactam as atividades das ICTs é a necessidade de aprimorar sua integração com o setor privado, visando fortalecer a colaboração em projetos de inovação. Para potencializar os resultados e maximizar os impactos das ações de inovação, favorendo a transferência de tecnologia e o desenvolvimento sustentável, a continuidade das melhorias na gestão da propriedade intelectual será fundamental para superar esses desafios e garantir um ambiente inovador mais dinâmico e colaborativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018.** Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria nº 3.859, de 08 de outubro de 2020.** Aprova o novo formulário para que as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação - ICT prestem, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, as informações anuais relativas à política de propriedade intelectual da ICT, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas, aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia celebrados, ambientes promotores da inovação existentes e outras informações que o MCTI considerar pertinentes. Brasília: MCTI, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2020&jornal=515&pagina=17&totalArquivos=151>. Acesso em: 1 mar. 2024.

APÊNDICE I LISTA DAS INSTITUIÇÕES QUE PREENCHERAM O FORMICT ANO-BASE 2022

Nome ICT	Sigla ICT	UF
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A	AMAZUL	SP
Associação Brasileira de Informática	ABINFO	SP
Associação Centro de Inovação, Tecnologia e Educação	CITÉ	SP
Associação de Câncer de Cabeça e Pescoço	ACBG Brasil	SC
Associação Educativa Evangélica	UniEVANGÉLICA	GO
Associação Gigacandanga	GigaCandanga	DF
Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	IMPA	RJ
Associação Paranaense de Cultura	PUCPR	PR
Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul	UNISC	RS
Associação Sul Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software	SOFTSUL	RS
Autarquia Universidade do Sudoeste	UESB	BA
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ
Centro de Avaliação do Exército	CAEx	RJ
Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva	Cepesc	RJ
Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação	CGTI	SP
Centro de Hidrografia da Marinha	CHM	RJ
Centro de Inovações Csem Brasil	Oninn	MG
Centro de Instrução de Guerra na Selva	CIGS	AM
Centro de Pesquisa da Universidade Positivo	CPUP	PR
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus	CEPEDI	BA
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun	CPAWVB	SP
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica Cepel	CEPEL	RJ
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI Renato Archer	SP
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	CEETEPS	SP
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca RJ	Cefet/RJ	RJ

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Cefet/MG	MG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM	DF
Centro Integrado de Telemática do Exército	CITEX	DF
Centro Internacional de Tecnologia de Software do Amazonas	CITS	AM
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP
Centro Social Clodoveu Arruda	FLF	CE
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	CTMSP	SP
Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro	CTMRJ	RJ
Centro Tecnológico do Exército	CTEx	RJ
Cesar Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	CESAR	PE
Comando da Aeronáutica	DCTA	SP
Comando da Aeronáutica	CCA-SJ	SP
Comando da Aeronáutica	CLBI	RN
Comando da Aeronáutica	IAE	SP
Comando da Aeronáutica	IAOp	SP
Comando da Aeronáutica	IPEV	SP
Comando da Aeronáutica	ITA	SP
Comando da Aeronáutica	LAQFA	RJ
Comando da Aeronáutica	ICEA	SP
Comando da Aeronáutica	IFI	SP
Comando da Aeronáutica	IMAE	RJ
Comando da Aeronáutica	IEAv	SP
Comando da Aeronáutica	ILA	SP
Comando da Marinha	LFM	RJ
Comando da Marinha	CASNAV	RJ
Comando da Marinha	CEFAN	RJ
Comando da Marinha	CTecCFN	RJ
Comando da Marinha	DGDNTM	RJ
Comando da Marinha	EGN	RJ
Comando da Marinha	DDNM	SP
Comando da Marinha	HNMD/IPB	RJ
Comando da Marinha	CDSUB	SP

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Comando do Exército	DCT	DF
Comando do Exército	CCOMGEX	DF
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	SGB/CPRM	DF
Diretoria de Fabricação	DF	RJ
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC
Escola de Saude Pública do Ceará	ESP/CE	CE
Faculdades Católicas	PUC-Rio	RJ
Feso Fundação Educacional Serra dos Órgaos	FESO	RJ
Flextronics Instituto de Tecnologia	FIT	SP
Fundação Centro Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	HEMOMINAS	MG
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	CERTI	SC
Fundação Amazônica de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Desembargador Paulo dos Anjos Feitoza	FPF TECH	AM
Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências	FBDC	BA
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	CPQD	SP
Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro	FAETEC	RJ
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	FUNDEPAG	SP
Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá	FEPI	MG
Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí	FUVS	MG
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUÍ	RS
Fundação Edson Queiroz	Unifor	CE
Fundação Educacional da Região de Joinville	Univille	SC
Fundação Educacional de Patos de Minas	Unipam	MG
Fundação Educacional Inaciana Padre Saboia de Medeiros	FEI	SP
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Enap	DF
Fundação Ezequiel Dias	NIPAC	MG
Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações	Finatel	MG

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	FIPASE	SP
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará	NUTEC	CE
Fundação Oswaldo Cruz	Fiocruz	RJ
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	FPTI-BR	PR
Fundação Pio Xii	FPIXII	SP
Fundação Regional Integrada	URI	RS
Fundação Universidade de Brasília	UnB	DF
Fundação Universidade de Caxias do Sul	FUCS	RS
Fundação Universidade de Passo Fundo	UPF	RS
Fundação Universidade de Pernambuco	UPE	PE
Fundação Universidade do Amazonas	UFAM	AM
Fundação Universidade do Contestado	UNC	SC
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT
Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	Univali	SC
Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS
Fundação Universidade Estadual do Ceará Funece	UECE	CE
Fundação Universidade Estadual do Piauí Fuespi	UESPI	PI
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO
Fundação Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	SP
Fundação Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE
Fundação Universidade Federal do Abc	UFABC	SP
Fundação Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP
Fundação Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC
Fundação Universitária de Cardiologia	FUC	RS

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste	Unochapecó	SC
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social	FUVATES	RS
Fundação Valeparaibana de Ensino	Univap	SP
Hospital Central do Exército	HCE	RJ
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP
Hospital das Forças Armadas	HFA	DF
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS
Hospital Militar de Área de São Paulo	HMASP	SP
Hospital Nossa Senhora da Conceição Sá	GHC	RS
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico	INDT	DF
Indústria de Material Bélico do Brasil Imbel	IMBEL	DF
Instituto Agrônomo do Paraná Iapar	IDR-Paraná	PR
Instituto Atlântico	IA	CE
Instituto Centro de Ensino Tecnológico	CENTEC	CE
Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software	ICTS	DF
Instituto de Biologia Molecular do Paraná	IBMP	PR
Instituto de Ciência e Tecnologia Brain	Brain	MG
Instituto de Ciência E Tecnologia Condor	Condor	RJ
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	IDSM	AM
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	IEAPM	RJ
Instituto de Pesquisas da Marinha	IPqM	RJ
Instituto de Pesquisas Eldorado	Eldorado	DF
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo SA	IPT	SP
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE
Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	LACTEC	PR
Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista	Unimep	SP
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense	IFC	SC
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IF Baiano	BA

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	IFMS	MS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	IFRR	RR
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS	SE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	IFNMG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IFSertão-PE	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF Sudeste MG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	IFSULDEMINAS	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	IFTO	TO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IFFar	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.	IFF	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	IFSul	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT
Instituto Mariano de Apoio à Pesquisa em Deaf1/Dand	IDEAF1	DF
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	DF
Instituto Presbiteriano Mackenzie	UPM	SP
Instituto Recôncavo de Tecnologia	IRT	BA
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS
Instituto Santa Teresa	UNIFATEA	SP
Instituto Sapiientia	ICS	DF
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	ITPS	SE
Instituto Tecnológico Impacta	ITI	SP
Instituto Vital Brazil S/A (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos)	IVB	RJ
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	ISANTACASA	SP
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA	MG
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército	LQFEx	RJ
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	INPA	AM
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	INT	RJ
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	INMA	ES
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	INPE	SP
Missão Salesiana de Mato Grosso	UCDB	MS
Museu Paraense Emilio Goeldi	MPEG	PA
Núcleo de Gestão do Porto Digital	NGPD	PE
Observatório Nacional	ON	RJ

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Organização de Desenvolvimento Cultural a Preservação Ambiental Ama-Brasil	ABM	SP
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	RJ
Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	SiDi	PE
Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática da Amazônia	SiDiA	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IAC	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IB	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IZ	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	ITAL	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IP	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	APTA	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IDPC	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IAL	SP
Secretaria de Estado da Saúde	Butantan	SP
Senai Departamento Regional do Ceará	SENAI/DR-CE	CE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI-DR/MS	MS
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	ISI-TICs	PE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	ISI-TM	PA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI-SP	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/SC	SC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI CIMATEC	BA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI DR/TO	TO
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	CIT	MG
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/RJ	RJ
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/GO	GO
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/RS	RS
Serviço Social da Indústria - Sesi	CIS SO	RJ
Sociedade Campineira de Educação e Instrução	SCEI	SP
Sociedade Goiana de Cultura	PUC Goiás	GO
Sociedade Mineira de Cultura	PUC Minas	MG
União Brasileira de Educação e Assistência	PUCRS	RS

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
União Brasiliense de Educação e Cultura	UCB	DF
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE
Universidade de São Paulo	USP	SP
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG
Universidade do Estado do Amapá	UEAP	AP
Universidade do Estado do Pará	UEPA	PA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	UEMASUL	MA
Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	SP
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA	CE
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL
Universidade Federal de Alfenas	Unifal	MG
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	RS
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	MT
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS
Universidade Federal de São Joao Del-Rei	UFSJ	MG
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	BA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Unifesspa	PA
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR

APÊNDICE II LISTA DAS INSTITUIÇÕES QUE NÃO PREENCHERAM O FORMICT ANO-BASE 2022

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Aelbra Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação S.A. em Recuperação Judicial	CEULP	TO
Associação Antônio Vieira	Unisinos	RS
Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo	Feevale	RS
Centro de Tecnologia da Informação Monte Verde	IMV	RJ
Centro Internacional de Tecnologia de Software	CITS	PR
Centro Unificado de Inovação Aplicada	CUIA	PI
Comando da Aeronáutica	CLA	MA
Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação	FACTI	SP
Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	UEZO	RJ
Fundação Educacional Jayme de Altavila	CESMAC	AL
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	FHEMIG	MG
Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior	Unifimes	GO
Fundação MS para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias	FMS	MS
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC
Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina	Unisul	SC
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS
Fundação Universidade Federal do Acre	UFAC	AC
Fundação Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf	PE
Iatecam - Instituto Ambiental e Tecnológico da Amazônia	IATECAM	AM
Ibi-Instituto Brasileiro da Inovação	IBI	ES
Instituto Anima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura	IÂ	SP
Instituto Árvore da Vida	IAV	SP
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia	IBICT	DF
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont	ISD	RN
Instituto de Inovação, Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Amazonas	IPDEC	AM
Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Científicas	IPTC	SP
Instituto de Tecnologia do Paraná	TECPAR	PR

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IEMA	MA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP	AP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO
Instituto Nacional Leva Ciência, Diversidade e Transformação Social	INALC	AP
Instituto Superior de Teologia Aplicada Inta	UNINTA	CE
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CETENE	PE
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CEMADEN	SP
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	INSA	PB
Ministério da Saúde	IEC	PA
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IEA	SP
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	SECTI	PE
Secretaria de Estado da Saúde	IP	SP
Secretaria de Estado da Saúde	ILSL	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IS	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI- CETEC	TO
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI BA	BA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI PR	PR
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM
Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	AL
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA
Universidade Estadual do Tocantins	UNITINS	TO
Universidade Federal de Campina Grande	NITT/UFMG	PB
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	NIT UFTM	MG
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA
Universidade Federal Rural do Semiárido	UFERSA	RN

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

